



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 060

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 08 DE JUNHO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 060

57ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva:..... 03

Presenças:..... 03

Abertura da Sessão: 03

Expediente:

Mensagens 03

Ofícios..... 08

Parecer da Procuradoria Geral 11

Questão de Ordem 13

Indicações 13

Requerimentos 14

Projetos de Lei 20

Pequeno Expediente:

Dep. Luciana Rafagnin 22

Dep. Elio Rusch 23

Dep. Ney Leprevost 26

Dep. Beti Pavin 26

Dep. Antonio Belinati 27

Grande Expediente:

Dep. Elio Rusch 25

Dep. Elton Welter 31

Horário das Lideranças:

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 24

Dep. Durval Amaral 33

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati28

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel32

Liderança da Oposição

Dep. Douglas Fabrício35

Liderança do Governo

Dep. Douglas Fabrício37

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente38

Discussão/Votação

Redação Final40

2ª Discussão40

1ª Discussão44

Requerimentos49

Encerramento da Sessão49

Transcrição49

Publicações:

Comissão Executiva

Atos.....49

Diretoria Geral

Portarias50

Ata de Comissões

Constituição e Justiça51

Obras Públicas, Transportes e

Comunicação53

DIÁRIO Nº 060**57ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 57ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
08 DE JUNHO DE 2009**

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Luiz Nishimori.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Durval Amaral, Chico Noroeste, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (51).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas e Duílio Genari (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual

foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Mensagens**

MENSAGEM Nº 034/09

Curitiba, em 03/06/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Município de Ubiratã, do lote de terra nº B-1-F-31, Remanescente - 1, com área de 3.284,75 m2, sem edificação, naquele Município, conforme Matrícula nº 18330, do Registro de Imóveis da Comarca de Ubiratã.

A presente medida consulta aos interesses públicos eis que o referido imóvel será utilizado, exclusivamente, para implantação do Programa Bombeiro Comunitário.

Consta, no anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que tal cessão de uso terá vigência até 31/12/10, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes e que o referido imóvel retornará ao patrimônio do Estado caso se comprove uso distinto do assim estabelecido.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, ao Município de Ubiratã, do lote de terra nº B-1-F-31, Remanescente - 1, com área de 3.284,75 m2, sem edificação, naquele Município, conforme Matrícula nº 18330, do Registro de Imóveis da Comarca de Ubiratã.

Art. 2º O imóvel em questão será utilizado, exclusivamente, para a implantação do Programa Bombeiro Comunitário, retornando ao patrimônio do Estado caso se comprove uso distinto do assim estabelecido.

Art. 3º A presente cessão terá vigência até 31/12/10, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

Art. 4º Quando do retorno do imóvel ao patrimônio do Estado, o Cessionário não terá direito a ressarcimento por investimentos feitos, que passarão a integrar o patrimônio estadual.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 035/09

Curitiba, em 03/06/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Marilena, de área com 700 m2, contendo edificação, constituída pelo Lote urbano nº 12, Quadra 58, Transcrição das Transmissões nº 2048, do Registro de Imóveis da Comarca de Nova Londrina.

A presente medida consulta aos interesses públicos eis que o referido imóvel será usado, exclusivamente, para o funcionamento do Centro de Convivência da Terceira Idade.

Consta, do texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que tal imóvel ficará gravado com cláusula de inalienabilidade e que o mesmo retornará ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Marilena, de área com 700 m2, contendo edificação, constituída pelo Lote urbano nº 12, Quadra 58, Transcrição das Transmissões nº 2048, do Registro de Imóveis da Comarca de Nova Londrina.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente, para o funcionamento do Centro de Convivência da Terceira Idade, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 036/09

Curitiba, em 03/06/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Marilena, de área com 600 m2, contendo edificação, constituída pelo Lote urbano nº 16, Quadra 47, Transcrição das Transmis-

sões nº 2048, do Registro de Imóveis da Comarca de Nova Londrina.

A presente medida consulta aos interesses públicos eis que o referido imóvel será usado, exclusivamente, para o funcionamento da Câmara Municipal do Município.

Consta, no anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que tal imóvel ficará gravado com cláusula de inalienabilidade e que o mesmo retornará ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Marilena, de área com 600 m2, contendo edificação constituída pelo Lote urbano nº 16, Quadra 47, Transcrição das Transmissões nº 2048, do Registro de Imóveis da Comarca de Nova Londrina.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado, exclusivamente, para o funcionamento da Câmara Municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 037/09

Curitiba, em 03/06/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por esse Poder Legislativo, o incluso anteprojeto de lei objetivando tornar obrigatório que as propagandas expostas em todo o território estadual, que tenham em seu conteúdo palavras em outros idiomas, possuam tradução.

Com vistas ao inciso I do artigo 1º e artigo 13, ambos da Constituição da República do Brasil, o Governo do Paraná apresenta a medida, tendo por objetivo maior o reconhecimento e a valorização da língua pátria.

Certo de que a proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Torna-se obrigatório que as propagandas expostas em todo o território estadual, que tenham em seu conteúdo palavras em outros idiomas, possuam tradução.

Parágrafo Único. A tradução a que se refere o *caput* deste artigo deve ser do mesmo tamanho que as palavras em outro idioma expostas na propaganda.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta lei implicará ao infrator:

I - multa de R\$ 5 mil (cinco mil reais) na primeira ocorrência;

II - dobrada em caso de reincidência;

Art. 3º O valor das multas previstas no artigo 2º desta lei deverá ser reajustado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado no exercício anterior, sendo que, no caso de extinção do índice, será adotado outro criado por legislação federal e que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 038/09

Curitiba, em 03/06/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Lunardelli, dos lotes nºs 9-A e 10-A, da quadra nº 01, com áreas, respectivamente, de 399,96 m² e 399,96 m², matriculados sob nºs 8433 e 8434 no Registro de Imóveis da Comarca de São João do Ivaí.

A presente medida consulta aos interesses públicos eis que referidos imóveis serão utilizados, exclusivamente, para instalação de barracões industriais.

Consta, no anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que tais imóveis ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e que os mesmos retornarão ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa do assim estabelecido.

Certo de a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Lunardelli, dos lotes nºs 9-A e

10-A, da quadra nº 01, com áreas, respectivamente, de 399,96 m² e 399,96 m², matriculados sob nºs 8433 e 8434 no Registro de Imóveis da Comarca de São João do Ivaí.

Art. 2º Os imóveis em questão, que ficam gravados com cláusula de inalienabilidade, serão utilizados pelo Município, exclusivamente, para instalação de barracões industriais, retornando ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa do assim estabelecido.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 039/09

Curitiba, em 03/06/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Governo do Estado do Paraná a doar, ao Município de Figueira, dos lotes de terrenos urbanos nºs 01, 02, 12 e 13, da quadra 11, com áreas, respectivamente, de 922,21 m², 526 m², 497,28 m² e 804,46 m², situados no loteamento denominado Residencial Vale Verde, naquele Município, pertencentes ao Estado do Paraná, matriculados sob nºs 7808, 7809, 7819 e 7820, no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba/PR.

A presente medida consulta aos interesses públicos, eis que os referidos imóveis serão utilizados, pelo Município de Figueira, para estruturação da Casa Familiar Rural.

Consta, no texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que tais imóveis retornarão ao patrimônio do Estado do Paraná caso se comprove uso distinto do assim estabelecido e de que referida doação ficará gravada com cláusula de inalienabilidade.

Certo de a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a doar, ao Município de Figueira, os lotes de terrenos urbanos nºs 01, 02, 12 e 13, da quadra 11, com áreas, respectivamente, de 922,21 m², 526 m², 497,28 m² e 804,46 m², situados no loteamento denominado Residencial Vale Verde, naquele Município, pertencentes ao Estado do Paraná, matriculados sob nºs 7808, 7809, 7819 e 7820, no Ofício Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba/PR.

Art. 2º Os imóveis de que trata o artigo 1º desta lei serão utilizados, exclusivamente, pelo Município de Figueira, para estruturação da Casa família Rural, retornando ao patrimônio do Estado do Paraná caso se comprove uso distinto do assim estabelecido.

Art. 3º A presente doação fica gravada com cláusula de inalienabilidade.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 040/09

Curitiba, 05/06/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando dar nova redação ao *caput* do artigo 236, da Lei nº 6174, de 16/11/70 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado do Paraná).

Na Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, muito embora haja em maior número de mulheres (cerca de 60% dos servidores em números totais) não é percentualmente significativo o número de licenças maternidades auferidas.

Com efeito, comprovada a série histórica de 2006, 2007 e 2008, temos uma média de 1811 (hum mil e oitocentos e onze) licenças por ano, muito embora a incidência de funcionárias em licença que hoje dura 04 (quatro) meses possa ser maior em determinados meses e menor em outros. Isto porque o processo é contínuo, enquanto servidoras estão iniciando suas licenças, outras estão delas usufruindo, ou voltando.

Os impactos mensais, portanto não podem ser calculados de forma exata, apenas estimativa. Isto porque o custo de mais de dois meses de prorrogação implica em desembolso financeiro se houver substituição da servidora afastada em mais esse período, o que pode, inclusive, não ocorrer na prática.

A substituição de servidora que se encontra em licença nem sempre ocorre. O comum é quase sempre os serviços, tarefas, ou as atividades desenvolvidas serem divididas entre os demais servidores do setor.

A quantidade de licença maternidade é mais relevante no magistério, quando necessária sua substituição, o custo decorrente se verifica no número de aulas, não sendo a remuneração por inteiro que é devida, uma vez que se aplica ou a concessão de aulas extraordinárias a outra professora efetiva ou a uma contratação em regime especial.

Além do mais, as faixas salariais variam de categoria para categoria funcional e há uma maior incidência de licenças (proporcional) ao tamanho dos Quadros, no Magistério Estadual, no Magistério Superior, na Saúde, na Secretaria de Justiça e na Secretaria de Segurança Pública.

Diante do quadro apontado estima-se que não haverá impacto substancial em folha de pagamento, de molde a prejudicar ou impedir a sua concessão.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O *caput* do artigo 236, da Lei nº 6174, de 16/11/70, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 236. À funcionária gestante é concedida, mediante inspeção médica, licença por 180 (cento e oitenta) dias, com percepção do vencimento ou remuneração e demais vantagens legais.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 041/09

Curitiba, 08/06/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo sobre proibição do uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto derivado do tabaco que produza fumaça, em recinto coletivo, privado ou público, conforme especifica.

Uma das maiores batalhas da sociedade e dos Poderes Públicos têm sido o combate ao tabagismo, visto que saiu do plano individual para ser tratado como Saúde Pública.

Muito embora a nossa Carta Magna prime pelas liberdades individuais, a prática do fumo em locais onde se atinja *outrem* não deve ser tolerada, pois está comprovado que o cidadão que não faz uso do tabaco acaba sendo atingido, podem padecer de males diversos.

Ademais, o tratamento para os males do tabagismo vem sendo, na maioria das vezes, custeado pelos cofres públicos, necessitando, assim, de medidas emergenciais de prevenção.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º É proibido o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto derivado do tabaco que produza fumaça, em recinto coletivo, privado ou público.

§ 1º Entende-se por recinto coletivo, o local total ou parcialmente fechado em qualquer dos seus lados por uma parede, divisória, teto ou telhado, de forma permanente ou provisória, onde haja o exercício de atividades laborativas ou a utilização e/ou circulação de pessoas.

§ 2º Incluem-se nas disposições deste artigo os ambientes de trabalho, gabinetes individuais de trabalho, casas de espetáculos, teatros, cinemas, bares, restaurantes, praças de alimentação, centros comerciais, aeroportos, supermercados, repartições públicas civis e militares, instituições de saúde, estabelecimentos de ensino, dentre outros locais.

§ 3º É vedado o uso dos produtos mencionados no *caput* de transporte coletivo, públicos e privados, nos quais se exerçam atividades laborais, tais como aeronaves, ônibus, carros oficiais, ambulâncias, táxis, barcas, metrô, dentre outros.

§ 4º Nos recintos e veículos de transporte coletivos deverão ser afixados cartazes em locais de ampla visibilidade, aludindo à proibição do uso de tais produtos, com menção à esta lei, à penalidade cabível aos infratores, ao telefone do serviço saúde e ao telefone do órgão de vigilância sanitária estadual, para os quais deverão ser encaminhadas as denúncias referentes ao seu descumprimento.

Art. 2º Compete ao órgão estadual de vigilância sanitária a fiscalização do cumprimento desta lei, pelos estabelecimentos aqui referidos, aplicando-se as sanções previstas nesta lei, sem prejuízo daquelas previstas na Lei nº 6437, de 20/08/77.

§ 1º Considera-se infrator, para os efeitos do artigo 1º, toda e qualquer pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado que, de forma direta ou indireta, permita, tolere o consumo ou consuma tabaco em desconformidade com esta lei.

§ 2º O usuário dos produtos mencionados no artigo 1º que infringir o disposto nesta lei está sujeito à advertência e, em caso de recalcitrância, sua retirada do recinto pelo responsável pelo mesmo, sendo possível ser solicitado o auxílio de força policial, e sem prejuízo das sanções previstas nesta lei.

§ 3º A infração ao disposto nesta lei acarretará a aplicação de multa, ao infrator definido no parágrafo 1º deste artigo, equivalente a 100 UPF/PR - Unidade Padrão Fiscal do Paraná ou outro índice oficial que, eventualmente, venha substituí-la.

§ 4º A penalidade será aplicada em dobro em caso de reincidência.

§ 5º No âmbito da Administração Pública, em próprios públicos, a fiscalização caberá às unidades de vigilância sanitária da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 042/09

Curitiba, 08/06/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei conforme específica.

O Governo do Paraná, mantendo o compromisso de Segurança Pública que firmou com a população do Estado e fulcrado na premissa do que dispõe a Constituição da República do Brasil, de que Segurança Pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, que deve ser exercida para a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas, envia a essa Casa de Leis a presente medida.

O Poder Executivo ficará autorizado a chamar policiais da reserva remunerada para a guarda de sedes administrativas de natureza estritamente militar. Os serviços dos referidos policiais serão para a guarda de edifícios onde a Administração Pública desenvolve suas atividades, em escolas, postos de saúde, hospitais e outros.

Ademais, os policiais militares que hoje ocupam a reserva remunerada, trazem em seu histórico profissional, a experiência e a maturidade necessária para colaborar com os serviços e manter a ordem pública.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica autorizado o Poder Público a chamar policiais militares da reserva remunerada para guarda de sedes administrativas e para funções administrativas de natureza estritamente militar.

§ 1º Somente poderão ser chamados para este serviço praças militares estaduais que tenham sido transferidos para reserva remunerada com no mínimo 30 (trinta) anos de serviço ativo, estando pelo menos no comportamento "BOM".

§ 2º Os praças inativados até a data da publicação desta lei podem ser chamados ainda que o tenham sido com menos de 30 (trinta) anos de serviço.

Art. 2º Os militares a que se refere o artigo 1º desta lei poderão atuar nos seguintes serviços:

I - guarda dos próprios estaduais;

II - guarda dos edifícios onde a Administração Pública desenvolva suas atividades;

III - guarda de escolas públicas;

IV - guarda dos postos de saúde e hospitais públicos;

Parágrafo Único. Os militares podem ser designados também para funções administrativas de natureza estritamente militar.

Art. 3º Fica criada a gratificação especial de natureza indenizatória no valor de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) que será paga ao militar enquanto durar a atividade a que se refere o artigo 2º desta lei.

§ 1º O valor previsto no *caput* deste artigo é vinculado ao regime de 40 (quarenta) horas semanais, com redução proporcional para os regimes de 30 (trinta) ou 20 (vinte) horas semanais.

§ 2º O valor da gratificação será corrigido com base no mesmo índice do reajuste geral anual aplicado na Administração Pública Direta do Estado do Paraná.

§ 3º Sobre a gratificação não incidirá contribuição previdenciária.

§ 4º A gratificação não será incorporada aos proventos de inatividade do militar, por ocasião do cessamento das atividades a que se refere o artigo 2º desta lei.

§ 5º Pelo exercício da função prevista no artigo 2º desta lei fica vedada a percepção de qualquer outro acréscimo remuneratório.

Art. 4º A chamada para estes serviços se dará por processo seletivo dos interessados que preencham os requisitos desta lei e do edital de chamamento.

Art. 5º O quantitativo de militares a serem empregados nas atividades não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do efetivo existente na ativa.

Art. 6º O chamamento será pelo período de no máximo 10 (dez) anos ou até que o militar atinja o limite de idade para permanência na reserva remunerada, prevista no artigo 163 da Lei Estadual nº 1943, de 23/06/54.

§ 1º Os policiais chamados ficarão vinculados à Diretoria de Pessoal da Polícia Militar.

§ 2º Serão dispensados do serviço os policiais militares que praticarem atos de indisciplina relacionados ao serviço ou não e os que se tornarem fisicamente incapazes para o exercício da função.

Art. 7º O chamamento e a dispensa dos militares para o serviço se dará segundo a necessidade e interesse público.

Art. 8º Ao militar chamado a este serviço, durante o período de atuação será assegurada indenização de aquisição de fardamento nos termos do artigo 55 da Lei Estadual nº 6417, de 03/07/73.

Art. 9º Os recursos financeiros para o pagamento da gratificação de que trata o artigo 3º desta lei correrão a conta do orçamento do Poder Executivo.

Art. 10. Esta lei será regulamentada, no que couber, pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 400454-6 do Sr. Costa Barros - Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, onde Requerente é a Federação das Empresas de Transporte de Passageiros dos Estados do Paraná e Santa Catarina - FEPASC e Interessados o Estado do Paraná e a Assembleia Legislativa do Estado, comunicando que acordam os Exmos. Srs. Desembargadores integrantes do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado, por maioria de votos, em reconhecer a competência do Tribunal de Justiça para conhecer da ação e, à unanimidade em reconhecer a legitimidade de autora para o seu intento e julgá-la procedente para declaração da inconstitucionalidade da lei objurgada, nos termos do voto do Relator. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC 1939/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, e DRDO-C/0627/2009/DEN do Sr. Luiz Antonio Rossafa - Diretor de Engenharia da COPEL, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Marcelo Rangel, que solicita esclarecimentos sobre a construção da Usina Hidrelétrica Mauá. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 488/GS/09 do Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelos Deputados Elio Rusch, Marcelo Rangel, Antonio Belinati, Luiz Carlos Martins, Durval Amaral, Douglas Fabrício e Plauto Miró, que solicitam esclarecimentos sobre o patrimônio da administração dos portos de Paranaguá e Antonina - APPA. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob os nºs CEE/CC 1983, 1984 e 1985/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa os Projetos de Lei nºs 177/08 de autoria da Deputada Cida Borghetti; 223/08 do Deputado Luiz Eduardo Cheida e 007/08 do Deputado Mário Roque, respectivamente. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 3237/2009/REDUR/LD do Sr. Sérgio Luiz Zacarias, Gerente Geral da Agência Nova Londres da Caixa Econômica Federal, comunicando o desbloqueio de recursos financeiros no valor de R\$ 157.918,94 (cento e cinquenta e sete mil, novecentos e dezoito reais, noventa e quatro centavos) do Contrato de Repasse OGU nº 0247594-98/2007/MAPA/CAIXA junto ao Programa PRODESA. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 3296/2009/REDUR/LD do Sr. Sérgio Luiz Zacarias, Gerente Geral da Agência Nova Londres da Caixa Econômica Federal, informando a alteração da prorrogação do prazo de desembolso, do Contrato de Repasse OGU nº 0244890-16/2007/MAPA/CAIXA,

junto ao programa PRODESA. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 3297/2009/REDUR/LD do Sr. Sérgio Luiz Zacarias, Gerente Geral da Agência Nova Londres da Caixa Econômica Federal, informando a alteração da prorrogação do prazo de desembolso, do Contrato de Repasse OGU nº 0247594-98/2007/MAPA/CAIXA, junto ao programa PRODESA. **Ao conhecimento da Casa.**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

OFÍCIO Nº 491/09-GP

Curitiba, em 05/06/09.

Senhor Presidente:

Por meio do Ofício nº 434/09-GP, datado de 25/05/08 e protocolado sob nº 6874-ALEP, encaminhei à apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa o Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o reajuste de 5,90% (cinco vírgula noventa por cento), incidente sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro de Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

A proposição deu origem ao Projeto de Lei nº 247/09, que encontra em tramitação nessa colenda Casa de Leis.

Considerando a necessidade de adaptação do texto do aludido projeto de lei, formulo o presente para encaminhar a V. Exa. uma mensagem contendo uma Proposta Substitutiva ao Projeto de Lei nº 247/09, no sentido de alterar a ementa, o *caput* do artigo 1º e seu parágrafo 1º, bem como o artigo 7º, porém, sem descaracterizar sua essência, conforme evidenciado pelo comparativo entre as suas proposições.

Neste ensejo, consigno a V. Exa minhas expressões de consideração e apreço.

(a) CARLOS A. HOFFMANN - Presidente

ANTEPROJETO DE LEI
PROPOSTA SUBSTITUTIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 247/09

Art. 1º Os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, ficam reajustados no percentual de 5,90% (cinco vírgula noventa por cento), de conformidade com a tabela de níveis de vencimentos constante do anexo I desta lei.

§ 1º O reajuste de 5,90% (cinco vírgula noventa por cento) corresponde à reposição inflacionária medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, no período de 01/01/08 a 31/12/08, em atendimento ao disposto no inciso X, do artigo 27 da Constituição Estadual.

§ 2º Ficam reajustados, no mesmo percentual constante do *caput* do artigo 1º, os proventos de aposentadoria e os benefícios de pensão dos servidores do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, concedidos com fundamento no artigo 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 041, de 19/12/03, e no artigo da mesma Emenda Constitucional, regulamentados pela Lei Federal nº 10887, de 18/06/04.

§ 3º Ficam também reajustados no mesmo percentual constante do *caput* do artigo 1º, os vencimentos básicos dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário estabelecidos no anexo I da Lei Estadual nº 16023, d 19/12/08.

Art. 2º Os vencimentos básicos dos cargos de provimento em comissão, do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, ficam reajustados conforme valores das Tabelas de Cargos em Comissão do Tribunal de Justiça constantes do anexo II.

Art. 3º Ficam incorporados aos valores da Tabela de Níveis de Vencimentos mencionada no artigo 1º e constante do anexo I desta lei, os efeitos financeiros da decisão administrativa da Presidência do Tribunal de Justiça, de caráter geral, datada de 02/10/08.

Parágrafo Único. Em cumprimento ao disposto no *caput* deste artigo, o Presidente do Tribunal de Justiça fará publicar o correspondente Tabela de Níveis de Vencimentos.

Art. 4º A implementação em folha de pagamento, do reajuste constante da presente lei, fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira e às disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00.

Art. 5º Fica instituída, a partir do exercício financeiro do ano de 2010, a data de primeiro de maio de cada ano para a revisão geral anual estabelecida no artigo 27, inciso X, da Constituição Estadual, atendidos os mesmos critérios e limitações de ordem orçamentária, financeira e de responsabilidade fiscal referidas no artigo 4º da presente lei.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário ou pela PARANAPREVIDÊNCIA quando couber.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a serem estabelecidos por Decreto Judiciário, condicionados à disponibilidade orçamentária e financeira, em observância às disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00.

TABELA DE NÍVEIS DE VENCIMENTOS EM REAIS ANEXO I						
Ordem	A	B	C	D	E	F
1	1.065,07	1.373,12	1.758,88	2.217,79	3.278,38	4.229,61
2	1.089,97	1.404,70	1.794,75	2.269,73	3.355,23	4.328,71
3	1.115,50	1.437,01	1.831,38	2.322,91	3.433,82	4.430,12
4	1.141,59	1.470,07	1.874,21	2.377,32	3.514,27	4.533,93
5	1.168,32	1.503,88	1.918,08	2.433,04	3.596,60	4.640,16
6	1.195,65	1.538,46	1.962,96	2.490,05	3.680,88	4.748,88
7	1.223,63	1.573,84	2.008,89	2.548,39	3.767,12	4.860,14
8	1.252,28	1.610,04	2.055,90	2.608,09	3.855,37	4.974,29
9	1.281,56	1.647,07	2.104,01	2.669,19	3.945,73	5.090,55
10	1.311,55	1.684,95	2.153,24	2.731,75	4.038,18	-
11	1.342,24	1.723,70	2.203,64	2.795,77	4.132,78	-

ANEXO II CARGOS EM COMISSÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA TABELA 1	
CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR	
Símbolo	R\$
DAS-1	555,29
DAS-2	490,09
DAS-3	456,76
DAS-4	390,57
DAS-5	357,20

TABELA 2 CARGOS EM COMISSÃO	
Símbolo	R\$
1-C	230,53
2-C	212,89
3-C	196,52
4-C	181,53
5-C	170,63
6-C	160,39

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei dispõe sobre o reajuste de 5,90% (cinco vírgula noventa por cento), constituído pela variação percentual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, no período de janeiro a dezembro de 2008, conforme publicado pelo IBGE, incidente sobre os vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, de conformidade com as tabelas constantes do anexo I do presente anteprojeto de lei.

O início da vigência dos efeitos financeiros do reajuste de 5,90% (cinco vírgula noventa por cento) será estabelecido por Decreto Judiciário, condicionados à disponibilidade orçamentária e financeira, em observância às disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00.

A tabela de vencimentos básicos de que trata o anexo I deste anteprojeto, substitui àquela constante do anexo I da Lei Estadual nº 15799, de 16/04/08, bem como em observância à Lei Estadual nº 15883, de 18/07/08, refletindo a política de manutenção do poder aquisitivo dos vencimentos básicos dos servidores, mediante a reposição das perdas inflacionárias ocorridas no período de 01/01/08 a 31/12/08, atendendo-se, por conseguinte, os preceitos da Constituição Estadual contidos no artigo 27, inciso X.

Incidirá também sobre os vencimentos básicos dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário estabelecidos no Anexo I da Lei Estadual nº 16023, de 19/12/08.

De igual modo está se fazendo o necessário reajuste nas tabelas de vencimento básico dos cargos de provimento em comissão, do quadro de servidores do Poder Judiciário, pois o anexo II deste Anteprojeto reajusta os valores constantes das tabelas do anexo II, da Lei Estadual nº 11074/95 com alteração da Lei Estadual nº 11173/95.

O reajuste dos vencimentos básicos dos cargos em comissão constantes do anexo II do anteprojeto de lei observa a atualização de valores proposta pelo Poder Executivo, na mensagem protocolada na Assembleia Legislativa sob nº 5353 de 27/04/09.

No tocante à adequação nominal dos valores constantes da tabela de níveis de vencimentos, prevista no artigo 3º do anteprojeto de lei, está embasado na manifestação do Conselho Nacional de Justiça, no julgamento do Pedido de Providências nº 2008.100.0006998, que considerou “juridicamente consistente e justa” a pretensão dos servidores, como também corroborada com a resposta positiva à consulta deste Tribunal de Justiça ao colendo Tribunal de Contas do Estado, contida no Acórdão nº 1371/08.

Outrossim, a instituição da data de primeiro de maio de cada ano para a revisão geral anual estabelecida

no artigo 27, inciso X, da Constituição Estadual, adota a mesma base do Poder Executivo, fixada no artigo 7º, da Lei Estadual nº 15512, de 31/05/07.

O impacto orçamentário-financeiro anual da presente proposta, de reajuste de 5,90% (cinco vírgula noventa por cento) totalizará um acréscimo no montante da despesa bruta de pessoal, de R\$ 15.438.000, 00 (quinze milhões, quatrocentos e trinta e oito mil reais) em 2009 e a mesma importância acrescida de 5% ao ano, a título de expectativa inflacionária, nos exercícios de 2010 e 2011, conforme Informação nº 022/09 do Departamento Econômico e Financeiro do Tribunal de Justiça, em anexo.

Esses valores serão suportados próprio do Tribunal de Justiça, conforme detalhamento constante do Relatório de Execução Orçamentária SIA110, que prevê uma dotação orçamentária para 2009 de R\$ 488.988.340,00 na rubrica 3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas e de R\$ 182.529.510,00 na rubrica 3.1.90.01.00-Aposentadorias e Reformas, não comprometendo o limite de gastos com Pessoal e Encargos Sociais do Poder Judiciário.

Em conformidade com o Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2008, a Defesa Total com Pessoal do Tribunal de Justiça, em 2008, representou 3,68% (três vírgula sessenta e oito por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual, portanto, abaixo do limite prudencial definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (5,7% cf. artigo 22, parágrafo único).

A presente proposta de anteprojeto de lei foi aprovada pelo egrégio órgão especial deste Tribunal de Justiça na Sessão Extraordinária realizada em 05/06/09.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa, de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 16032/08) e compatibilidade com o Plano Plurianual 2008-2011 (Lei Estadual nº 15757/07).

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do anteprojeto de lei, em anexo, que reajusta os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais e dos vencimentos básicos dos cargos de provimento em comissão, apresentam adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2009, aprovado pela Lei Estadual nº 16032, de 29/12/08, e compatibilidade com Plano Plurianual - PPA 2008/2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15757, de 27/12/07.

Curitiba, em 05/06/09.

(a) CARLOS A. HOFFMANN - Presidente

Parecer da Procuradoria Geral

PROCURADORIA GERAL

P A R E C E R :

Parecer: n° 144/09-PG

Protocolos: 6253/09; 7232/09 e 7283/09

Interessados: Partido Socialista Brasileiro - PSB

MÁRIO MANOEL DAS DORES ROQUE

Exmo. Sr. Presidente Deputado Nelson Justus:

Atendendo à solicitação de V. Exa., esta Procuradoria Geral passa a se manifestar em relação aos pedidos formulados nos protocolados em epígrafe:

Trata-se de solicitação de parecer jurídico, encaminhado pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, referente à melhor avaliação dos caminhos a serem tomados, em virtude da celeuma envolvendo a nomeação do suplente do Partido Socialista Brasileiro, após o pedido de renúncia do Exmo. Sr. Luiz Fernando Ribas Carli Filho.

Faz-se necessário o presente opinativo na medida em que, após a comunicação da renúncia do Deputado filiado ao Partido Socialista Brasileiro, a Mesa Diretora recebeu três protocolos bastante antagônicos, no espeque de requerer a nomeação do suplente a assumir a cadeira vaga na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Num primeiro protocolo, o Partido Socialista Brasileiro informou a desfiliação do primeiro suplente, bem como fez juntar certidão do Tribunal Regional Eleitoral, na qual restou constatado que aquela corte eleitoral foi informada da Resolução n° 004/09 do Partido Socialista Brasileiro (que reconhece Wilson Luiz Darienzo Quinteiro como primeiro suplente), razão pela qual requereu a nomeação deste como Deputado Estadual.

Já num segundo protocolado, o Exmo. Sr. Mario Manoel das Dores Roque aduz possuir o direito de assumir a vaga aberta de Deputado Estadual do Partido Socialista Brasileiro, vez que é o atual 1° suplente indicado pela listagem do Tribunal Regional Eleitoral, da qual junta certidão expedida pela Corte Eleitoral paranaense a confirmar tal circunstância. Ademais, traz em seu pedido o recente precedente do Tribunal Superior Eleitoral, cuja disposição segue abaixo transcrita.

Não pode a Casa Legislativa, substituindo-se à Corte Regional Eleitoral, usurpando-lhe a competência, desrespeitando determinação do Supremo Tribunal Federal e lesionando direito de Parlamentar, impedir sumariamente a posse de suplente por entender caracterizada infidelidade partidária. A ocorrência, ou não, da infidelidade (nem sempre presente em todo ato de migração partidária) deve, imperiosamente, ser aferida pela Justiça Eleitoral e, somente após isso, poderá legitimidade gerar as suas consequências jurídicas. (TSE - Ministro Arnaldo Versiani - Agravo Regional n° 3233 - Unânime).

Diante dos fatos apresentados, a Mesa Diretora, convencida que não cabe ao Poder Legislativo avaliar o

mérito da questão de desfiliação, que precisa ser examinado pelo Poder Judiciário, prudentemente encaminhou o Ofício n° 152/09 à Presidência do Tribunal Eleitoral do Estado do Paraná para que aquela corte informasse a relação atualizada dos suplentes de Deputado Estadual do Partido Socialista Brasileiro.

Em resposta, foi encaminhado pelo TER/PR o Ofício n° 1230/09, constado certidão datada de 04/06/09, informando que, pelo resultado das eleições de 2006 o 1° suplente do PSB é o Sr. Mario Manoel das Dores Roque. Outrossim, referida certidão limitou-se, ainda, a trazer a notícia já conhecida de que foi encaminhada para o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná informação de que, por resolução interna do próprio PSB, o 1° Suplente seria o Sr. Wilson Luiz Darienzo Quinteiro, que fora diplomado como 2° Suplente pelo TER.

Assim, ante a informação do TER, quedou-se inerte a alteração pretendida e informada pelo PSB, mantendo-se a ordem obtida no pleito.

Vale ressaltar que a informação prestada no protocolo de n° 7232 noticiando que o 2° Suplente do PSB já havia intentado, perante a Justiça Eleitoral, o reconhecimento da 1ª Suplência, não obteve êxito e a ação foi extinta pelo TER/PR sem julgamento do mérito.

Diante dos fatos ora apresentados, esta Procuradoria Geral se manifesta nos seguintes termos:

Assiste razão ao Sr. Mário Manoel das Dores Roque quando pleiteia, no protocolado n° 7232/09 a nomeação como Deputado Estadual na vaga deixada pela renúncia do Deputado Luiz Fernando Ribas Carli Filho. Isto por que, conforme a documentação que instrui todo o presente material analisado, o Tribunal Regional Eleitoral ainda o considera como 1° Suplente do PSB, haja vista a certidão atualizada e a resposta ao pedido judicial sobre o tema indeferido pela Corte Eleitoral paranaense.

Soma-se, de maneira preponderante, o precedente do Tribunal Superior Eleitoral trazido pelo Sr. Mario Manoel das Dores Roque, que é bastante claro ao confirmar o entendimento desta Procuradoria Geral no sentido de que não cabe a esta Casa o exame de uma questão de infidelidade partidária, por ser prerrogativa exclusiva do Poder Judiciário.

Como não há, na certidão apresentada pelo TER/PR, qualquer modificação chancelada pelo Poder Judiciário na ordem de suplência do PSB, não cabe a este Poder Legislativo substituir a Corte Regional Eleitoral no exame do tema, visto que tal circunstância configuraria usurpação de competência flagrante. No mais, se assim agisse esta Casa, estaria abrindo perigoso precedente no qual a mera informação de um partido político seria suficiente para sobrepujar uma informação e uma decisão da Justiça Eleitoral.

Portanto, cabe à Mesa Diretora cumprir sua obrigação de acordo com as informações prestadas pelo Poder Judiciário Eleitoral, que é quem tem a atribuição e competência exclusivas de diplomar os eleitos e suplentes em uma eleição.

Em face de todo o aqui exposto, nos termos da informação prestada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, do precedente do Tribunal Superior Eleitoral e por uma questão de respeito à competência exclusiva do Poder judiciário de interpretar as normas e alterar o resultado obtido nas eleições, é que se opina, SMJ, pela imediata nomeação do Exmo. Sr. Mário Manoel das Dores Roque, 1º Suplente do Partido Socialista Brasileiro - PSB, para assumir o cargo vago com a renúncia do Exmo. Sr. Luiz Fernando Ribas carli Filho.

É o parecer, que colocamos à apreciação de V. Exa., sob censura.

Sala das Sessões, em 08/05/09.

(a) AYRTON COSTA LOYOLA - Procurador Geral

Questão de Ordem

REQUERIMENTO Nº 2757

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário e com fundamento no artigo 20, inciso XVIII do Regimento Interno desta Casa de Leis, que a Mesa Executiva manifeste-se formalmente sobre o entendimento em relação ao processo de votação, em virtude da obscuridade e desatualização dos artigos 163 e seguintes do Regimento Interno, quando da presença dos senhores(as) Deputados(as):

- Será considerado presente o(a) Deputado(a) que registra sua presença no painel eletrônico no início da Sessão Plenária, deixando o recinto em seguida para não mais retornar nem mesmo para as votações?

Tal questão de ordem justifica-se em virtude da prática de alguns Parlamentares de registrarem sua presença no início da Sessão Plenária, ausentando-se em seguida, o que acaba por provocar dúvidas quanto ao quórum das votações ou mesmo inviabilizando-as.

Ao mesmo tempo, o artigo 59 do Regimento Interno prevê que o(a) Parlamentar que não participar das votações deixará de receber o valor correspondente ao quociente obtido da divisão da remuneração pelo número de Sessões Ordinárias do mês anterior, desde que a votação seja interrompida ou ainda por falta de número. Ainda, no parágrafo único do citado artigo 59: "A Mesa poderá mandar abonar até sete faltas por mês ao Deputado que justifique sua ausência e desde que esta não tenha contribuído para o adiamento da votação".

Desta forma requer-se, que a Presidência desta douta Casa de Leis, se pronuncie formalmente sobre a questão levantada.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) JOCELITO CANTO

Indicações

INDICAÇÃO Nº 721/09

SÚMULA:

Solicita ao Governador do Estado que determine o cumprimento do que dispõe o Estatuto do Idoso para assegurar transporte gratuito intermunicipal.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, INDICA à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando do mesmo que determine a fiscalização para o fiel cumprimento do disposto no Estatuto do Idoso, garantindo o transporte intermunicipal gratuito para os idosos, comprovada a faixa de renda dos mesmos.

O Estatuto do Idoso prevê até mesmo a gratuidade para o transporte interestadual. Contudo, segundo denúncia do Conselho Municipal do Idoso de Maringá, no Paraná não é assegurado o transporte intermunicipal.

Há regulamento colocando condições para o exercício do direito, no caso do transporte interestadual. Se o idoso pode viajar para outro Estado, usufruindo do benefício previsto no Estatuto do Idoso, não é aceitável privá-lo do mesmo benefício dentro do próprio Estado de origem.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) CIDA BORGHETTI

INDICAÇÃO Nº 722/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Centro Educacional Infantil, localizado no Parque Residencial Bela Vista I, Município de Sarandi;

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população de Sarandi, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 723/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Centro Educacional Infantil, localizado no Jardim Ouro Verde II, Município de Sarandi;

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população de Sarandi, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) DR. BATISTA

Requerimentos

REQUERIMENTO N° 2713

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência, na Sessão do dia 03 do mês corrente, devido à reunião com diretores de hospitais, na condição de presidente da Comissão de Saúde.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO N° 2759

Senhor Presidente:

O Deputado que a presente subscreve vem, no uso de suas atribuições regimentais, através do presente, comunicar e justificar sua ausência da Sessão Plenária do dia 10/06/09.

Nesta data estará sendo comemorado o aniversário da Cidade de Foz do Iguaçu, pela passagem dos 95 anos. Na ocasião, o Parlamentar estará compondo o palco oficial do desfile alusivo à data comemorativa, conforme convite anexado.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO N° 2684

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita designação da Assembleia Legislativa do Paraná Seminário em Comemoração aos 10 anos do MIEIB - Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil, a ser realizado no dia 21 de agosto, no Plenário desta Casa.

Sendo o que se apresenta para o momento renovamos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) PEDRO IVO

REQUERIMENTO N° 2689

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Catarina Chepak, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 2690

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Aroldo Tremil, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 2691

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Anair dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 2692

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Alzinra Ferreira Pinto, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 2693

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Custódia Ferreira dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 2694

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Dalvina Antunes dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 2695

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Ciru Justus, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 2696

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Edson Adão Sales de Almeida, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 2697

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Dirceu Teixeira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 2698

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Ema Iung Ferreira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 2699

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Haydee Bueno Gomes, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 2700

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Ivete Delezuk Filipowiki, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 2701

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Jesuina Carneiro da Rocha Garcia, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 2702

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Ricardo Kailich, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 2703

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Leonides Vieira dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 2704

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maciel Adrianchik, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 2705

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Buchita, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 2706

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Candida Neves, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 2707

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Orlando Bernardino, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 2709

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Valentin Radkowsk, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 2710

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Osni Gilberto Rodrugues, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 2711

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Sofia Szersk dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 2712

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Vilma Bach Hartmann, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 2762

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja consignado para posteridade, na ata dos trabalhos da Sessão Legislativa de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do jovem Caio Ricardo Bueno Volpato, na data de hoje no Município de Moreira Sales.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 2765

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Carlos Danilo Costa Cortês, ocorrido no dia 04 de junho.

O jornalista Carlos Danilo Costa Cortês, deixará saudades. Era formado em Filosofia e Direito, iniciou sua

carreira jornalística em 1955, tendo sido assessor de relações públicas da Secretaria da Fazenda do Governo do Paraná, como professor, foi fundador do curso de Comunicação Social da UFPR, onde lecionou por 30 anos, foi docente também da PUCPR, nos últimos 20 anos trabalhou como diretor fundador e coordenador do curso de jornalismo da Escola Superior de Estudos Empresariais e Informática.

Personalidade expressiva de nossa sociedade, na área acadêmica e nos meios jornalísticos.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO N° 2685

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município da Lapa pela comemoração, no próximo dia 13/06/09, de seus 240 anos.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Paulo Cesar Fiates Furiati, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito, Sr. Leandro Borges da Silveira bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população da Lapa.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande honra que nos dirigimos a toda a população do Município da Lapa, nesta significativa data da comemoração de seus 240 anos;

Rendemos nossa homenagem e manifestamos nossa gratidão a todos aqueles que deram sua importante parcela de contribuição para o progresso do Município.

Que Deus ilumine seus administradores, pois, os ensinamentos divinos sendo cumpridos fielmente, sintetizam a maior expressão de dignidade e da afirmação da vida.

Os Prefeitos quando assumem sejam reeleitos ou eleitos iniciam suas gestões com grandes responsabilidades. A responsabilidade vai além de ter lisura nos atos, de praticar a honestidade; cumprir os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral.

Com a finalidade de consolidar cada vez mais os serviços prestados à população é que seus administradores estão dando o máximo de seus esforços para o cumprimento dos objetivos propostos.

Com todo o respeito que a população da Lapa é merecedora, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, orgulha-se em transmitir a todos efusivos cumprimentos pelo transcurso da magna data.

REQUERIMENTO Nº 2686

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município da Quitandinha pela passagem, no próximo dia 13/06/09, do seu 48º aniversário.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Valfrido Eduardo Prado, Prefeito Municipal, a Exma. Sra. Maria Júlia Socek Wojcik, Vice-Prefeita Municipal, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Quitandinha.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O próximo dia 13 de junho marcará a passagem do 48º aniversário do Município de Quitandinha, e, temos certeza, será comemorado com grandes festividades por toda a sua população.

A comemoração dos 48 anos de Quitandinha é um evento que marca, além do seu registro histórico, um Município renovado pela fibra do seu povo, ao longo de sua história.

Os Prefeitos quando assumem sejam reeleitos ou eleitos iniciam suas gestões com grandes responsabilidades. As responsabilidades vão além de ter lisura nos atos, de praticar a honestidade; cumprir os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral.

Por tudo isso é que queremos continuar contando com o efetivo trabalho do Sr. Prefeito Valfrido Eduardo Prado e de sua valorosa equipe que continuará dando o melhor de seus esforços em prol do desenvolvimento do Município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, sente-se honrado em associar-se às manifestações de júbilo das autoridades e do povo em geral pelo transcurso do 48º aniversário de Quitandinha.

REQUERIMENTO Nº 2687

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Sr. Walter Thomé Jr., enviando-lhe voto de congratulações em razão da posse no referido cargo.

Walter Thomé Júnior, diretor da Sol Propaganda, foi eleito presidente da APP - Associação dos Profissionais de Propaganda de Maringá. Com mais de 35 anos de experiência na área da comunicação, Thomé é um dos pioneiros do mercado local, dividindo sua experiência entre a sua empresa e os movimentos associativos. Entre outras iniciativas foi o articulador, em 1999, da criação da Delegacia Regional do Sindicato das Agências de Propa-

ganda do Paraná (SINAPRO-PR), onde atualmente é Diretor Secretário.

Junto com a nova diretoria, composta por mais de 30 profissionais ligados a agências, veículos, fornecedores e representantes acadêmicos da publicidade de Maringá, a meta do novo presidente é “fortalecer a classe e difundir o trabalho ético e de qualidade”. Uma das prioridades, segundo ele, será “movimentar a entidade, ampliando o número de associados, a visibilidade da classe e as condições de atuação dentro da propaganda maringaense.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2716

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, na pessoa do Provedor Sr. Frederico Unterberger, pelo 157º Aniversário que acontecerá dia 09 de junho.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2728

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná pelo Dia do Artista.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná pelo Dia do Artista, que é comemorado no dia 08 de maio, data escolhida para homenagear aqueles que transmitem as nuances da vida, através de suas obras, criando e demonstrando seus talentos, transformando a realidade em arte, e a arte em sonhos palpáveis, das mais diferentes vertentes, manifestando seus sentimentos e de toda uma comunidade, dando uma nova visão e um novo sentido e de toda uma comunidade, dando uma nova visão e um novo sentido ao que existe de fato.

REQUERIMENTO Nº 2731

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Martha L. Salomão.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Martha L. Salomão, presidente do Lions Clube de Curitiba Santa Felicidade, que

deixa seu cargo após ter realizado ações de interesse da comunidade, sempre de forma a assistir os mais necessitados com programas nas mais diversas áreas, incentivando o bom relacionamento entre as pessoas e difundindo a fraternidade entre os povos, cumprindo um papel de suma importância na sociedade, destacando-se pelo caráter humanitário exercido, crescendo com qualidade e formando um contingente de companheiros engajados nos projetos desenvolvidos em sua gestão.

REQUERIMENTO Nº 2734

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sr. José Carlos Broliani.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. José Carlos Broliani, que assume a presidência do Lions Clube de Curitiba Santa Felicidade, após ter exercido o cargo de tesoureiro desta entidade, com o objetivo de dar prosseguimento as ações de interesse da comunidade, sempre de forma a assistir os mais necessitados com programas nas mais diversas áreas, incentivando o bom relacionamento entre as pessoas e difundindo a fraternidade entre os povos, cumprindo um papel de suma importância na sociedade, destacando-se pelo caráter humanitário, crescendo ainda mais e formando um maior número de companheiros que venham a se engajar nos projetos que serão desenvolvidos em sua gestão.

REQUERIMENTO Nº 2737

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Restaurante Edvino.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Restaurante Edvino, que através de sua culinária, transmite à sociedade curitibana, os prazeres da boa comida, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital.

Por se tratar de uma cozinha de excelência, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e com os bons serviços prestados em ambiente confortável e agradável, um bar de vinhos superiores aliado ao restaurante de culinária aprimorada.

REQUERIMENTO Nº 2740

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Srta. Danielle Rosa.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Srta. Danielle Rosa, atleta representante do Clube Curitibano em provas de natação, onde se destaca como promessa da nova geração de desportistas do clube, relevando-se técnica e fisicamente em competições de nível nacional, demonstrando garra, confiança e resultados, apresentando significativo progresso na prática desportiva, é exemplo para outros jovens que iniciam nos esportes, não só em competições, mais em benefício ao corpo humano, a saúde e a mente, sua dedicação ao desporto eleva o nome do clube, de Curitiba e do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2746

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Srta. Carolina Portugal.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Srta. Carolina Portugal, atleta representante do Clube Curitibano em provas de natação, onde se destaca como promessa da nova geração de desportistas do clube, revelando-se técnica e fisicamente em competições de nível nacional, demonstrando garra, confiança e resultados, apresentando significativo progresso na prática desportiva, é exemplo para outros jovens que iniciam nos esportes, não só em competições, mais em benefício ao corpo humano, a saúde e a mente, sua dedicação ao desporto eleva o nome do clube, de Curitiba e do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2747

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Srta. Alexia Trevizan Marussig.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Srta. Alexia Trevizan Marussig, atleta representante do Clube Curitibano em provas de natação, onde se destaca como promessa da nova geração de desportistas do clube, relevando-se técnica e fisicamente em competições de nível nacional, demonstrando garra, confiança e resultados, apresentando significativo progresso na prática desportiva, é exemplo para outros jovens que iniciam nos esportes, não só em competições, mais em benefício ao corpo humano, a saúde e a mente, sua dedicação ao desporto eleva o nome do clube, de Curitiba e do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2748

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Ângela Zanlorenzi.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Ângela Zanlorenzi, pela iniciativa da instituição Amigos do Erasto, que tem como objetivo a ajuda ao Hospital Erasto Gaertner, uma das mais respeitadas e eficientes entidades de oncologia do país, em angariar colaboradores como empresários, executivos, personalidades da sociedade, cidadãos de bem, na ajuda para ampliação do atendimento aos pacientes, sua atitude é de amizade ao próximo, demonstração da preocupação com o ser humano e com a sociedade, pessoa voluntariosa e de princípios, é orgulho e exemplo a ser seguido.

REQUERIMENTO Nº 2756

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva desta Assembleia Legislativa, menção honrosa a Renato Mendes Petla, representante da Igreja Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, pelo excelente trabalho desenvolvido através do Projeto Mãos que Ajudam, o mesmo será entregue em Sessão Solene a ser realizada nesta Casa legislativa no dia 17 de junho.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Estaremos realizando solenidade para homenagear o trabalho desenvolvido pela Igreja através do Projeto Mãos que Ajudam, que é um programa permanente de ajuda humanitária e de serviço comunitário, que mobiliza milhares de voluntários de todas as idades, membros da igreja, estendendo a mão a que precisa. Por meio de serviço altruísta, doam parte do tempo para levar esperança onde existe aflição, alívio onde há dor e amor onde há desprezo. Agindo com limpeza, reforma e manutenção de escolas e outros lugares públicos, preservando o meio ambiente, apoiando campanhas comunitárias e participando de projetos que visem a conservar o bem coletivo;

Tal Sessão se realizará nesta Casa Legislativa no dia 17/06/09, a entrega da menção honrosa é uma homenagem simbólica diante o nobre trabalho desempenhado pela instituição.

REQUERIMENTO Nº 2719

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, envio de expediente ao Sr. Secretário de

Estado da Saúde, no sentido de destinar uma ambulância para o Município de Colorado.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O pleito em questão decorre da Indicação de Requerimento nº 053/09, firmado por todos os Vereadores da Cidade de Colorado.

Esse requerimento visa sensibilizar o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde, para que lhe libere uma ambulância para o Município de Colorado.

Destaco que se trata de Município do interior do Estado, com sua população composta principalmente por pessoas carentes. O Município não possui estrutura hospitalar que atenda a população satisfatoriamente, tendo os moradores que buscarem atendimento em Municípios Polos, distante de suas casas, necessitando, portanto, serem transportados por veículos apropriados, para dar suporte ao deslocamento até as unidades de saúde que tenham condições de atender com os cuidados necessários.

REQUERIMENTO Nº 2722

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, no sentido de destinar uma ambulância para o Município de Marilena.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Esse requerimento visa sensibilizar o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde, para que lhe libere uma ambulância para o Município de Colorado.

Destaco que se trata de Município do interior do Estado, com sua população composta principalmente por pessoas carentes. O Município não possui estrutura hospitalar que atenda a população satisfatoriamente, tendo os moradores que buscarem atendimento em Municípios Polos, distante de suas casas, necessitando, portanto, serem transportados por veículos apropriados, para dar suporte ao deslocamento até as unidades de saúde que tenham condições de atender com os cuidados necessários.

REQUERIMENTO Nº 2763

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a publicação nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado, dos agradecimento formulados pelo Doutor Ivo Arzua, no lançamento de sua obra Comissão Especial de Obras do

Centenário do Paraná, no último dia 27 de maio do corrente ano.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 279/09

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Passa a ser obrigatória a implantação de escadas para saídas de emergência em todas as construções de edifícios residenciais, comerciais, industriais, de escolas, hospitais ou shoppings centers.

Art. 2º A nova regra vale para todas as novas construções projetadas com 01 (um) andar ou mais, ou seja, que não limitem apenas ao térreo. As escadas de emergência deverão ser construídas do lado externo dos edifícios.

Art. 3º O cumprimento das novas normas para a construção civil será de responsabilidade do Governo do Estado, a quem ficam delegados os poderes legais para embargar todas as edificações que não estejam enquadradas como determinam os artigos anteriores do presente projeto.

Art. 4º Além do embargo de todas as construções irregulares, o Município que desrespeitar esta lei não poderá celebrar nenhum tipo de convênio com o Governo do Estado do Paraná, incluindo a administração indireta e empresas públicas estaduais, enquanto durar o mandato do Prefeito em cuja gestão tenha havido o descumprimento da exigência fixada nos artigos anteriores deste projeto.

Art. 5º Esta lei entra em vigor no dia 02/01/10, a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Vários Países de 1º Mundo já alteraram suas legislações na área da construção civil. Muitos brasileiros que viajam ao exterior têm visto a diferença nos novos prédios, construídos em vários países. É bem visível que todos os edifícios construídos de alguns anos para cá já possuem a escada para saída de emergência. É incontável o elevado número de pessoas que se salvaram quando da ocorrência de sinistro no prédio em que se encontravam. Entenda-se, tiveram suas vidas preservadas porque puderam utilizar a escada de saída de emergência, sempre implantadas do lado de fora dos edifícios. Haverá um custo muito pequeno no valor final da construção. Se o

custo é insignificante, é importante que se registre o seu elevadíssimo valor e importância para os cidadãos paranaenses, no caso de emergência.

PROJETO DE LEI Nº 280/09

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Lar dos Idosos Santa Rita de Cássia, com sede e foro no Município e Comarca de Barbosa Ferraz.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O Lar dos Idosos Santa Rita de Cássia é uma associação sem fins lucrativos, de direito privado, com prazo indeterminado de duração e com sede e foro na Comarca e Cidade de Barbosa Ferraz - Estado do Paraná e com sede à Rua Osvaldo Cruz, esquina com a Av. República Argentina, s/n - fundada em 20/08/04.

Tem por finalidade específica oferecer moradia por tempo integral a pessoa idosa, sem distinção de raça, cor, convicção religiosa, sexo e dando-lhes assistência médico-hospitalar, odontológica, farmacêutica, alimentação e lazer.

Pelos anos de existência da entidade e pelo trabalho que vem prestando em favor dos idosos, está habilitada a ser reconhecida de utilidade pública estadual.

Contando com o voto favorável de todos os nobres colegas Parlamentares, agradeço o apoio.

PROJETO DE LEI Nº 281/09

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica reconhecida a denominação da Cidade de Santa Fé, como Capital da Fotografia do Estado do Paraná.

Art. 2º Determina a inclusão de Santa Fé como Capital da Fotografia no Calendário Oficial de Turismo do Estado do Paraná.

Art. 3º A Data Oficial da comemoração da denominação Capital da Fotografia, será o dia dez (10) do mês de setembro, data da sanção da Lei Municipal (Lei nº 1.340/07).

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

A fotografia é hoje um dos principais ramos comerciais do Município de Santa Fé, senão o principal, pois no aspecto de geração de emprego e renda é o que mais emprega.

O Município foi criado através da Lei Estadual nº 2486, de 06/11/55, tendo sido instalado em 15/12/56, desmembrado de Astorga.

Pelo censo do IBGE 2008 sua população é estimada em 10.241 habitantes, hoje, por certo passa de 12 ou 13 mil habitantes, com prevalência da zona urbana onde calcula-se em aproximadamente 10 mil pessoas.

Faz divisa com Colorado, Nossa Senhora das Graças, Guaraci, Jaguapitã, Munhoz de Melo, Iguaçu, Ângulo, Flórida e Lobato, numa área de 276,241 km².

O IDH de Santa Fé 0,773 médio PNDU/2000 e possui um PIB de R\$ 75.782,00 e o PIB *per capita* segundo o IBGE 2005 é de R\$ 8.447,00.

Santa Fé tem 37 empresas do ramo de fotografia entre as empresas da economia comercial, sendo que as indústrias dominantes são têxteis, produtos alimentícios e madeira.

Seus principais produtos agropastoris são: o leite, a soja, o milho e bovinos.

Está situada a 47 km de Maringá, onde se situa o aeroporto mais próximo.

Essa denominação é importante para caracterizar o Polo Fotográfico que Santa Fé domina.

Assim, peço apoio dos demais Parlamentares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 282/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Clube de Mães Sagrada Família, com sede e foro no Município de Santa Maria do Oeste.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

JUSTIFICATIVA:

O Clube de Mães Sagrada Família, entidade sem fins lucrativos, sediada no Município de Santa Maria do Oeste, tem como objetivo a promoção social da família carente, em especial a mulher agricultora da localidade rural de Rio Pratinha daquele Município. As atividades realizadas contribuem para os processos de organização e conscientização das comunidades atendidas com vistas à participação popular, desenvolvimento sustentável, defesa de políticas públicas de interesse das comunidades e fortalecimento da cidadania.

A declaração de utilidade pública estadual a esta entidade é elemento de grande importância para o seu fortalecimento e prosseguimento de suas atividades.

PROJETO DE LEI Nº 283/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação Imbúia Pesquisas - ASIMP, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

JUSTIFICATIVA:

A Associação Imbúia Pesquisa - ASIMP, entidade sem fins lucrativos, sediada no Município de Guarapuava, tem como objetivos desenvolver atividades de pesquisa, assistência técnica e comunitária principalmente na área de agroecologia. As atividades realizadas contribuem para os processos de organização e conscientização das comunidades atendidas, em especial os pequenos agricultores, com vistas à participação popular, desenvolvimento sustentável, defesa de políticas públicas de interesse das comunidades e fortalecimento da cidadania.

A declaração de utilidade pública estadual a esta entidade é elemento de grande importância para o seu fortalecimento e prosseguimento de suas atividades.

PROJETO DE LEI Nº 284/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Hospital de Caridade de Palmeira, com sede e foro no Município de Palmeira.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O Hospital de Caridade de Palmeira, entidade sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Palmeira, tem por finalidade promover e executar assistência médica hospitalar beneficente a todos que ela necessitam preferentemente as pessoas reconhecidamente carentes de condições financeira e de modo gratuito dentro do limite de suas possibilidades e proporções estabelecidas pela legislação em vigor.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 285/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado no calendário oficial do Estado do Paraná o Dia da Prevenção à Doença Renal, no dia 13 de março.

Parágrafo Único. As Secretarias de Saúde e de Educação do Estado realizarão atividades de conscientização para a necessidade de inclusão dos exames de urina e de creatinina no sangue nos exames médicos de rotina.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

As doenças renais crônicas atingem mais de 500 milhões de pessoas em todo o planeta. No Brasil há aproximadamente 2 milhões de doentes.

Segundo estimativas da Sociedade Brasileira de Nefrologia (SBN), 60% das pessoas não sabem que têm o problema. No casos mais graves as complicações nos rins podem levar a perda do órgão e à morte.

O Dia 13 de março é instituído mundialmente com o Dia do Rim. A inclusão no Calendário Oficial do Estado, tem por objetivo criar políticas específicas para a prevenção das doenças renais, melhorando os conhecimentos dos cidadãos sobre a doença e os riscos da falta de prevenção.

A prevenção envolve a realização de exames de periódicos de urina e de creatinina no sangue, que ajudam a detecção da doença na fase inicial.

É preciso destacar que as doenças renais são assintomáticas, no início não causam dor ou têm sintomas aparentes. Esta situação é que dificulta o tratamento das doenças renais e cria a necessidade urgente de campanhas de conscientização.

Normalmente o doente só tem consciência do problema quando 50% dos rins estão comprometidos.

Estima-se que 10 milhões de pessoas têm algum tipo de complicação renal. As formas crônicas da doença, que não incluem cálculos e as infecções urinárias, causam degeneração progressiva do órgão e podem evoluir para a insuficiência renal.

A prevenção evita que a doença se torne crônica e danifique definitivamente os rins, haja vista, que nos casos mais graves é necessária a realização de hemodiálise ou transplante do rim.

As doenças renais crônicas aumentam em até 10 vezes o risco de uma pessoa desenvolver problemas cardiovasculares. O oposto também acontece, quem tem doença cardiovasculares deve ficar atento a possíveis problemas renais.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, com a palavra a Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Na sexta-feira, dia 5, tivemos mais Audiência Pública. Foi a quarta Audiência Pública sobre o Código Florestal, realizada no Município de Nova Laranjeiras, e foi uma parceria. Além da Comissão da Agricultura, tivemos a presença do Deputado Elton Welter, com o Conselho de Desenvolvimento do Território Rural de Cantuquiriguaçu, o CONDETEC. Foi muito importante essa Audiência, porque veio reforçar ainda mais muitas das reivindicações apresentadas, que vão ao encontro de um pagamento pela prestação de serviços ambientais. Veio, também, ao encontro à proposta daquela mesmo dia, já era o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Houve a fala do Ministro Minc, que anunciou o programa sendo criado pelo Presidente Lula, e o Ministro anunciava o pagamento pela prestação de serviços ambientais. Acho que isso é muito importante. É uma das reivindicações que está sendo apresentada em todas as Audiências. Esperamos, claro, assim que tiver maiores detalhes, poder falar sobre esse pagamento e sobre esse programa que o Governo Lula cria, que vai ao encontro das grandes reivindicações dos agricultores, de uma maneira especial da agricultura familiar, que é preservar o nosso meio ambiente, que é fazer a averbação da reserva legal, que é manter a reserva permanente, mas que os agricultores possam ser recompensados por esse serviço ao nosso meio ambiente, porque o agricultor vai estar cuidando do nosso planeta, e é responsável por quem vive no campo e por quem vive na Cidade.

O ar melhor, a garantia da água, a garantia de vida no planeta, depende sim do agricultor, mas ele não pode ser o único responsável por isso. Como ele tem, com toda certeza, uma grande responsabilidade, isso precisa também ser visto, precisa ser reconhecido, e por isso a questão da criação desse programa, que vai efetuar um pagamento aos agricultores que reflorestarem, que cuidarem do nosso meio ambiente. Então, acredito que é uma grande conquista, é um grande passo que estamos dando.

Senhoras e senhores, gostaria de falar sobre o projeto do Governador Roberto Requião que acaba de ser lido, que entra nesta Casa, que é o que estende a licença-maternidade de 120 para 180 dias às servidoras do nosso Estado. Vejo o pessoal do SindSaúde que estão aqui acompanhando, já uma reivindicação antiga.

Apresentamos nesta Casa, junto com o Deputado Elton Welter, uma PEC, uma Proposta de Emenda à

Constituição, votada já no final de 2007, já reivindicada muitas vezes por esta Deputada, na tribuna, para que possamos votar em 2ª discussão, que é o que está faltando para que possa vigorar, para que possa ser publicada e depois vigorar e dar, de certa forma, esse grande benefício para todas as mulheres. É um reconhecimento para todas as mulheres servidoras do Estado. E com toda certeza, esse recurso que é pago às mães gestantes, às mães que vão ficar 180 dias perto de seus filhos, é um recurso muito bem aplicado. Esse descanso, com certeza, é muito aproveitado pela criança e reflete também na fase adulta dessa criança. Os primeiros seis meses são de fundamental importância que a mãe acompanhe o filho, que ela possa repassar todo o amor ao seu filho e, além disso, o amor, que falamos também, através da própria alimentação, através do leite materno, que é aconselhável, por qualquer médico, no mínimo, seis meses de amamentação.

Então, vejo que é uma grande conquista para as servidoras do nosso Estado. Fico feliz com o projeto que o Governador Requião encaminha a esta Casa que, acredito, está sendo muito sensível reconhecendo a importância das servidoras permanecerem 180 dias com o filho. E vejo que uma coisa não fere a outra. Acho que é importante o projeto que o Governador encaminha aqui, mas é importante mantermos assegurada na Constituição do estado essa mudança.

Por isso que insistimos para que seja votada novamente, que seja a 2ª votação, que é necessária na aprovação da PEC nº 123, porque assim vamos estar garantindo também na Constituição. Pode mudar o Governo, mas na Constituição vão estar assegurados os 180 dias de licença-maternidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente é o Deputado Elio Lino Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O assunto que vou abordar no dia de hoje talvez seja da maior relevância para o Estado do Paraná, e alguns pontos, que vamos abordar durante o nosso pronunciamento, precisam ser esclarecidos à sociedade do Estado do Paraná.

Todos sabem que o Paraná procurou, ao longo dos anos, dotar o Estado de infraestrutura para atrair investimentos e para que pudéssemos transportar a nossa produção e também dotar os nossos portos para a exportação dos nossos produtos, bem como para a importação dos produtos que o Paraná e o Brasil precisam.

Srs. Deputados, em 1994, o Governo do Estado fez uma licitação, após o Governo Federal conceder ao Estado do Paraná a outorga da exploração, ou seja, da

concessão da operação dos portos no Estado do Paraná. O Governo do Estado fez uma licitação e a vencedora dessa licitação foi a empresa Agostinho Leão, para fazer os investimentos necessários no porto de Antonina, mais especificamente hoje conhecido como a Ponta do Félix. Essa transação aconteceu em 1995. Em 1997, a Agostinho Leão transfere e vende os seus direitos para a Terminais Portuários Ponta do Félix.

Faço questão de ler alguns parágrafos desse contrato de arrendamento feito entre a APPA e a Ponta do Félix - hoje Ponta do Félix e na época Agostinho Leão.

Parágrafo 1º A área arrendada destina-se à construção, ampliação e exploração de instalação portuária, para carga e descarga de produtos refinados, congelados ou afins, de propriedade da arrendatária, de suas ligadas e subsidiárias, ou ainda de terceiros, desde que estejam sob sua responsabilidade ou de suas ligadas.

Parágrafo 2º A exploração da instalação portuária de que trata o parágrafo anterior far-se-á sob a modalidade de uso público, observado o artigo 4º da Lei nº 8630/93, devendo a arrendatária realizar, no mínimo, as benfeitorias constantes no item 2.10 do edital, bem como as do item 03 do memorial descritivo.

O parágrafo 3º, que é muito importante que se diga neste momento: *Além da movimentação dos produtos frigoríficos, poderá a arrendatária operar, desde que expressamente autorizada pela APPA, outras mercadorias na exportação, visando otimizar a instalação do conjunto.*

Feito o contrato com a APPA, e já com o aditivo feito da Agostinho Leão para a Ponta do Félix, ou seja, a TPPF, surgiram as autorizações. Quais as autorizações? O porto deixou de operar com exclusividade para exportação de congelados, ou seja, frigoríficos, e começou a exportar outros produtos secos. O porto entrou em operação.

Todos os Deputados e a sociedade do Paraná sabem que o porto de Antonina estava desativado, sem movimentação nenhuma. Em 1999, o porto, a Ponta do Félix operou 33 mil toneladas. Em 2000, 187 mil toneladas. Em 2001, 632 toneladas. Em 2002, 406 toneladas. Em 2003, 1 milhão e 56 mil toneladas. Em 2004, 1 milhão e 91 mil toneladas. Em 2005, 904 toneladas. Em 2006, 402 mil toneladas. Em 2007, 626 mil toneladas. Em 2008, 200 mil toneladas. Porque falo esses números aos senhores? Para mostrar qual foi a preocupação da Bancada de Oposição nesta Assembleia. Diante desses números que a Oposição tomou conta, e ainda quando o líder era o Deputado Valdir Rossoni, apresentamos um pedido de informações, no dia 26 de fevereiro de 2008. As informações que chegaram para a Assembleia e aos Deputados, no nosso entendimento, não atenderam aquilo que queríamos. E o trabalho dos Deputados permaneceu e continuou. Na medida em que foi diminuindo o volume exportado e também importado pelos terminais portuários de Ponta do Félix, a nossa preocupação aumentou.

Queremos que o Paraná e os portos funcionem da melhor forma possível. Passou o tempo, buscaram-se documentos e conseguimos alguns deles. O Deputado Valdir Rossoni tem repassado para nós, que assumimos a Liderança da Oposição, outros documentos, e que nos ensinou a apresentarmos um segundo pedido de informações, no dia 29 de abril deste ano. Este pedido de informações que apresentamos, é lógico que veio a resposta, mas agora é que vem a contradição. Aí é que peço à imprensa do Estado do Paraná para ver a contradição que existe entre a Superintendência do porto de Paranaguá, de uma informação e de outra informação.

Passa a usar o horário da Liderança do DEM

Vejam o que o Superintendente dos portos de Paranaguá e Antonina respondeu, no dia 15 de maio deste ano, não faz 30 dias, quando respondeu alguns dos questionamentos que fizemos.

Item 1 - Não é o Terminal Portuário de Ponta do Félix que está à venda, nem pela APPA, nem por seus acionistas, mas sim um dos acionistas, a PREVI é quem tem recebido propostas de investimentos privados para venda de suas ações do empreendimento, ou seja, 42%. Portanto, não cabe à APPA - vejam o que disse o Superintendente - não cabe a APPA entrar no mérito negocial e valores entre compradores e vendedores de participações acionárias, enquanto não formalizados.

Esta correspondência é do dia 15 de abril.

Agora, vejam uma correspondência que a APPA enviou no dia 20 de março do ano passado. Para quem? Para o BB, Banco Brasil Investimentos. Olha o que ela disse num dos itens, item 10 da correspondência, ou seja, do Ofício nº 09972008. A APPA promoveu nesse ínterim diversas reuniões, olhem, vejam o seguinte, aqui nesta correspondência deste ano diz que: *Não cabe à APPA intervir sobre as ações dos acionistas que formam aquele concessionário.*

E o que ela disse ano passado, Deputado Nelson Justus? A APPA promoveu nesse ínterim diversas reuniões empresariais sobre o tema Corredor de Congelados, com a participação da diretoria da TPPF, ou seja, Terminais Portuários de Ponta do Félix, e esses diversos investidores paranaenses manifestaram a intenção de terem acesso às bases de negociações da PREVI, para que também pudessem efetuar estudos e propostas, mas para nossa surpresa, o silêncio da PREVI sobre o tema foi constante e sem que nunca o Banco do Brasil Investimentos nos procurasse sobre alienação, para prospectar outros possíveis interessados, que seria benéfica à PREVI e seus associados, ou seja, aos funcionários do Banco do Brasil.

Agora vejam os Srs. Deputados, quando a APPA diz que não cabe a ela e ela não sabia das negociações que estavam acontecendo entre uma empresa chamada Fibra e também com a PREVI, diz que não sabia.

Mas temos em nossas mãos, Srs. Deputados, uma correspondência da BB Investimentos, que estava cuidando exatamente da transferência, da venda das ações da PREVI que tem junto com a Ponta do Félix, quando ela confirma, categoricamente, para a APPA dizendo que há mais de dois anos existe esta negociação entre a PREVI e a empresa Fibra, e a APPA, era do seu conhecimento.

Diante de tudo isto, ao que nós chegamos? Aí a PREVI, no dia 18, manda uma correspondência para a Fibra. Num dos trechos diz o seguinte: *como é de conhecimento de V. Sa., particularmente no que tange à consulta feita à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, acerca da anuência a oferta apresentada, a referida autoridade portuária manifestou-se no sentido de que não irá autorizar qualquer operação diferente da movimentação de carga frigorificada, legalmente prevista naquele porto.*

Vejam o que a PREVI diz: ela disse que foi constatar, foi procurar a APPA, e o que a Superintendência disse? Que ela não iria autorizar o embarque ou exportação e importação pela Ponta do Félix, a não ser cargas congeladas. Como pode o Superintendente dizer que não era do seu conhecimento!

Vamos mais além: quando houve essa dificuldade, não sabemos qual a razão, em relação a toda essa negociação que teve entre a PREVI e essa empresa. Olha o que o Superintendente do porto escreve - para mim não passa de uma ameaça - através da Correspondência nº 99, de 20 de março de 2008, quando ele finaliza a correspondência: *Finalizando como interlocutor desse processo até então, por determinação pessoal do Superintendente da APPA, queremos manifestar nosso profundo desagravo na forma que o Banco Brasil Investimentos o conduziu até agora. Seja por orientação ou não da diretoria da PREVI, pois afinal foi na nossa gestão, que iniciamos em 2003, de forma pioneira, a concentração dos nossos recursos financeiros do porto de Paranaguá e do Estado no Banco do Brasil, de cujo grupo econômico público faz parte o Banco Brasil Investimentos.*

O que quer dizer isso? Para mim, não passa de uma ameaça. Dizer para a PREVI como vocês vão comercializar as vossas ações com uma empresa sem do nosso conhecimento. Porque estavam nessa negociação a Fibra e mais um outro grupo muito forte.

E a PREVI disse, numa correspondência, que eles não poderiam formalizar essa negociação porque a concessão arrendatária podia operar, única e exclusivamente, no porto, congelados, frigorificados. Mas, a autorização tinha sido concedida. Lá estavam exportando tudo que é carga seca. Mas, quando a APPA tomou conhecimento que a PREVI estava negociando as suas ações, e mais um outro grupo também que forma esse consórcio - esse consórcio é formado pela Fundação do Itaú, Fundação da COPEL e Fundação da SANEPAR - e mais um, estavam dispostos a negociar. Mas o que a Fibra queria? Queria 70% e também, com as licenças ambientais, a autoriza-

ção para que eles pudessem exportar, via Ponta do Félix, outros produtos. E a PREVI disse que não conseguiria atender esses pedido da Fibra.

Olha o que a Fibra escreveu para o Banco do Brasil Investimentos, que representa a PREVI. Numa dessas correspondências eletrônicas enviadas, ela diz sobre a licença: *Com o objetivo de concluir a aquisição do TPPF, as ofertantes eliminam as exigências das licenças especificadas no item 7, parágrafos 2º e 3º, e item 14, parágrafos 2º e 3º. Que é exatamente a licença ambiental. Abriram mão das licenças ambientais e também de um documento que, precariamente, até o início do ano passado, que a APPA tinha concedido para exportar outros produtos.*

Mas, ela foi mais além. Essa empresa, a Fibra, disse o seguinte para a PREVI, depois que a PREVI disse que ela tinha desistido do negócio:

(Lê):

Confesso aos amigos que ainda estou muito surpreso e decepcionado com o posicionamento da PREVI, no sentido de encerrar o processo de aquisição da TPPF, comunicado durante nossa última conference call, realizada em 18/07/08. Principalmente se considerarmos que, em mais de uma oportunidade, a diretoria da PREVI afirmou que só não venderia a TPPF se não quiséssemos comprar.

Sempre mantivemos um diálogo aberto, visando buscar as soluções que melhor atendessem aos interesses comuns. Nesta conference call, simplesmente recebemos um comunicado, informando sobre a decisão definitiva já tomada pela PREVI. Sem qualquer possibilidade de diálogo. Não foi uma posição condizente com a conduta das partes apresentada durante estes dois anos e meio de trabalho no processo de aquisição da TPPF.

Continuamos abertos ao diálogo para viabilizar as soluções que melhor atendam aos interesses adquiridos das partes, assim como reafirmando nosso firme propósito de concluir a aquisição do TPPF.

De nossa parte, para concluir a aquisição de forma satisfatória, já havíamos eliminado as exigências referentes às licenças, conforme informado na conference call do dia 15/07/08, e nos termos da correspondência eletrônica enviada 16/07/08.

Tudo isso, Srs. Deputados. E temos correspondências também que confirmam claramente que a PREVI, através do BB Investimentos, ou seja, Banco do Brasil Investimentos, informa, deixa claro que só existe uma empresa, só tinha uma empresa interessada em fazer a compra das suas ações, que era a Fibra. Mas de repente não se negocia mais. Por que não se negocia mais? Faço para os senhores tomarem conhecimento que a PREVI é um fundo que pertence aos funcionários do Banco do Brasil, para que os funcionários da COPEL, da SANE-PAR e a própria Fundação do Banco Itaú... Veja a correspondência enviada no dia 15 de janeiro deste ano, que a Fibra envia à PREVI. Ela diz o seguinte: *Ao BB Banco de Investimento Diretoria de Mercado e Capital...*

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo mais uns minutos para o senhor concluir do Grande Expediente.

Passa a usar o horário do Grande Expediente

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Não vou ler toda a correspondência, só dizer para os senhores o que está escrito nesta correspondência. A Fibra estava comprando as ações da PREVI e também de todo conglomerado por R\$ 88 milhões. Além desses investimentos da compra, ela se comprometeu de investir 200 milhões no porto, além da compra, na infraestrutura necessária que o porto efetivamente pudesse funcionar em Antonina.

Não podemos fazer com que o Paraná perca, não podemos fazer com que a Cidade de Antonina perca. No porto em Antonina tinha 300 empregados, hoje tem 180 no Porto de Antonina, na Ponta do Félix, eram exportados quatro navios carregados por semana. Hoje, apenas um navio por mês, se exporta de carne, de congelados.

Agora, o que está acontecendo, no mínimo cabe a nós como Deputados da Assembleia Legislativa, levantar essa questão aqui na Casa, porque em Paranaguá, a Câmara Municipal instalou uma CPI. Essa CPI, com toda a certeza, os Vereadores haverão de apurar os fatos que estão acontecendo. Cabem a nós, Parlamentares, à imprensa e à sociedade do Paraná, levantarmos essa questão, se no mínimo existe uma negociação neste momento. Nós fomos informados que existe negociação.

Não é possível que se negocie, de repente, sem a abertura necessária, sem dar condições para que as empresas que queiram fazer a conta à vista e querem fazer investimentos na Cidade de Antonina, não possam participar dessa negociação.

Levanto essa questão no dia de hoje, respeito a decisão do Presidente da Casa, mas com toda a certeza esse é um assunto que será abordado por inúmeras vezes aqui na Casa, porque tanto o porto de Paranaguá, como o porto de Antonina, já foram motivo de muitas e muitas discussões e não podemos aceitar que, de repente, faça-se uma negociação que compõe o consórcio, uma negociação que não seja aberta, que não seja clara, que não dê condições de as empresas participarem, como foi a própria Fibra, que mandou correspondência se caso alguns dos interessados queiram vender, eles estão interessados em comprar. Com toda certeza acima do preço que eles haviam ofertado no ano passado.

Esperamos que o pessoal da PREVI estejam nos ouvindo, que os concessionários que têm as ações na Ponta do Félix, em Antonina, suspendam no mínimo, a negociação. Caso seja negociado o melhor preço, possa ser oferecido para que os funcionários dessas fundações não sejam prejudicados, nem a Cidade de Antonina e nem o Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Realmente o assunto é palpitante, Deputado Elio Rusch. Tenho certeza que V. Exa. deverá voltar a ele.

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o próximo orador, Deputado Ney Leprevost.

Deputado Ney Leprevost (PP)

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de inicialmente registrar a sanção, por parte do Governador Roberto Requião, comunicada a este Parlamentar na semana passada, pelo Chefe da Casa Civil, Dr. Rafael Iatauro, de dois projetos de lei de nossa autoria, dentro do relacionamento republicano que deve existir entre os membros do Poder Legislativo e o Poder Executivo.

O primeiro deles é a lei que está sendo chamada de Lei Antidesmanches. Essa lei institui a cassação da inscrição junto ao cadastro de contribuintes das empresas que forem flagradas adquirindo ou comercializando peças e acessórios automotivos de origem ilícita, furtada ou roubada. Esta lei tem como objetivo ajudar a Secretaria Estadual da Segurança Pública, a Polícia Civil e a Polícia Militar no combate à indústria do desmanche.

Muitos sabem que hoje a indústria do desmanche, a indústria que promove o furto e o roubo de carros, sustenta diversos tipos de crimes, como por exemplo o contrabando, o tráfico, assassinatos, contrabando de armas, sequestros. Talvez a indústria do desmanche seja a mais nociva, a mais perniciosa que existe, porque é ela que financia as outras modalidades criminosas que existem no nosso Estado.

Quando um carro é furtado, quando um carro é roubado, nem sempre ele é levado para o Paraguai. Muitas vezes esse carro é levado aqui mesmo para terrenos abandonados, terreno baldios, na Região Metropolitana de Curitiba. O carro é completamente desmanchado e as peças são vendidas em lojas que funcionam normalmente na Capital do Estado, e também em Cidades do interior do Paraná.

Portanto, fico feliz que o Governo do Estado tenha sancionado o nosso projeto de Lei Antidesmanches. Agora a Polícia passa a ter mais uma ferramenta para combater esse tipo de crime, que gera os roubos e furtos de veículos de caminhões, uma série de atividades criminosas.

As empresas que foram flagradas ficarão sem o seu registro junto ao cadastro de contribuinte, portanto, terão o seu alvará de funcionamento cassado. Ou seja, além das sanções penais cabíveis pelo crime de receptação, existirá também uma punição para a pessoa jurídica, uma punição no âmbito administrativo que é a cassação do alvará.

Essa lei já está sancionada pelo Governador do Estado e será publicada nos próximos dias.

Uma outra lei, de nossa iniciativa, e que o Governador Roberto Requião sancionou na semana passada, é a

que garante a vacinação contra o HPV. Quero explicar aqui aos telespectadores da TV SINAL, Deputados e Deputadas a importância dessa lei.

São vários os fatores de risco que provocam câncer do colo do útero. Um dos principais é o vírus do papiloma humano, conhecido como HPV, que está presente em mais de 90% dos casos desse câncer.

Há pouco tempo, um das únicas maneiras de se prevenir da infecção do vírus HPV era o uso do preservativo. Hoje, graças ao avanço da ciência, as mulheres podem tomar uma vacina que evita a infecção de quatro dos vários tipos de HPV. São eles os tipos: 6, 11, 16 e 18, sendo os dois últimos relacionados ao câncer.

O vírus HPV é um dos maiores causadores de câncer do colo de útero, e pelo projeto que foi aprovado, que é de nossa autoria e foi sancionado pelo Governador Roberto Requião, o Estado passa a realizar um Programa Estadual de Vacinação Contra o HPV, que é uma doença sexualmente transmissível. Pouca gente sabe que existe vacinação para o HPV, e vacina vem como uma proteção para que as mulheres não sofram nenhuma infecção.

É uma situação que todos saem ganhando, porque o Governo do Estado pode economizar em tratamentos, em prevenção, que é muito mais barata do que tratar uma doença, e além disso, irá combater o câncer, e as cidadãs que são vítimas do HPV, será elevada a sua qualidade de vida.

Muitas vezes subimos nesta tribuna para fazer críticas ao Governo, mas quando o Governo sanciona bons projetos de lei, que são votados por esta Casa, temos que tornar isso público. Quero aqui tornar público, que dentro da postura republicana que deve existir entre os Deputados Estaduais e o Poder Executivo, o Governador do Estado sancionou esses dois projetos, mesmo sabendo que sou Parlamentar que tenho posição de independência em relação ao Governo.

Gostaria de deixar isso registrado, até por uma questão de justiça, assim como fazemos as críticas construtivas ao Governo do Estado, quando as mesmas se fazem necessárias.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próxima oradora inscrita, Deputada Beti Pavin.

Deputada Beti Pavin (PMDB)

A SRA. BETI PAVIN

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Ocupo esta tribuna para participar à esta Casa que no último final de semana, mais precisamente na quinta e sexta-feira, aconteceu, na Cidade de Pinhais, na Região Norte de Curitiba, uma Conferência Regional de Educação. Isso está acontecendo a nível de País, onde os Municípios e Estados brasileiros estão se preparando para a CONAE 2010, que é a Conferência Nacional de Educação, que vai acontecer lá em Brasília. Então eles estão, já

nesta primeira etapa, encontrando as pessoas que vão participar da Conferência Nacional e destacar a importância deste momento para a Educação do nosso País. Nós brigamos tanto, pedimos tanto para que possamos ter uma Educação que avance, uma Educação de qualidade, e acho que este é o momento de todos podermos participar para que isso aconteça, a contento de todos, no ano que vem.

Nessa Conferência, aproximadamente 200 pessoas participaram, especificamente de 14 Municípios da Região Norte de Curitiba. Esteve lá o Prefeito anfitrião, o Professor Luizão, que foi nosso colega aqui. Essa Conferência foi organizada pela Secretaria da Educação, através do Núcleo Regional da Área Norte, da APP-Sindicato, da UNDIME, que está na organização dessas Conferências Regionais, Estaduais e Nacional. E por que a importância? A importância é que as pessoas que vivem a Educação e que estão fazendo a Educação na base é que estão discutindo para poder levar, na Conferência Estadual e depois na Nacional, a real necessidade, o que se passa no dia a dia dentro de uma sala de aula.

Então, temos que louvar. Não me recordo de que nos últimos anos o País tenha passado por um processo de discussão como esse, e por isso fiquei feliz em poder estar ali participando naquele momento daquela discussão, onde se pretende, na CONAE 2010, o Sistema Nacional de Educação, uniformizar, considerando as diferenças regionais, mas que todos os níveis de Educação, o primário, o estadual, as escolas públicas e particulares também envolvidas nisso para que, juntos, possam definir essas políticas pública, a nível nacional, para a Educação, sendo na valorização dos professores, na valorização de quem está ali no dia a dia fazendo a Educação e principalmente trazendo para a sala de aula o que hoje é uma das grandes dificuldades: a presença do aluno, participando e aproveitando, na sua íntegra, os conhecimentos, tudo o que ele está ali para se socializar e para ser um cidadão melhor na nossa sociedade.

Então, queria chamar atenção dos Srs. Deputados, para que possamos, nas nossas regiões, nas nossas Cidades, participar, porque todos nós sempre falamos na questão de que a Educação é a saída do nosso País, do desenvolvimento em todos os sentidos. Acho que este é o momento de cada um de nós, de toda a sociedade participar e colaborar. Avanços estão acontecendo, mas temos que avançar muito mais.

Era isso, Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Certo dia uma grande e arrojada mulher iniciou um trabalho que, de certa forma, nem todo mundo entendia, Dona Lucila Balalai ia para as pesquisas, lojas, vender rifas, pedia ajuda para o povo e, com sua garra, aquela mulher, já de saudosa memória, conseguiu erguer em Londrina o Instituto do Câncer, mais tarde transformado em Hospital do Câncer.

O seu filho, médico conceituado, respeitado Dr. Nuno Balalai, deu continuidade, de maneira digna e competente, ao trabalho pioneiro da sua mãe Dona Lucila. Ele, por 27 anos, esteve no comando do Hospital do Câncer de Londrina. Há poucos dias o Dr. Nuno Balalai descansou, vinha de uma grave enfermidade, sofreu muito e deixou o nosso convívio. Essa grande obra, que é o Hospital do Câncer de Londrina, haverá de continuar de pé, porque este era o desejo da sua mãe Dona Lucila e sua vontade. Ele faleceu as 67 anos, deixando viúva a Dona Maria da Graça, e as filhas Cristiane e Adriana.

É uma cena de tocar o coração das pessoas que passam nas imediações do Hospital do Câncer. Vemos ali pacientes de Londrina, do Norte do Paraná, de uma boa região do Estado de São Paulo, do Mato Grosso e de outras regiões do Brasil. Pacientes que chegam sem ter onde dormir e onde comer, mas sempre tiveram o melhor atendimento possível do Hospital do Câncer.

Homenageamos aqui também os médicos, os enfermeiros, todos os funcionários do Hospital do Câncer, que fazem o melhor, visando preservar a vida.

Fico imaginando a quantidade de pacientes que hoje estão vivos graças a esse trabalho maravilhoso, humanitário, abençoado do Dr. Nuno Balalai. A tristeza pela sua partida, mas a certeza que descansa no Reino de Deus. Nosso profundo pesar a Dona Maria da Graça, a Cristiane, a Adriana e toda a família Balalai, e a gratidão dos milhares e milhares de pacientes que já foram atendidos e os tantos outros que têm sido atendidos nesta grande obra administrada com o maior amor do mundo pelo Dr. Nuno Balalai.

Sr. Presidente, recebemos o e-mail da Cristiane Brito, mora na Cidade Gaúcha, já foi Secretária da Saúde de Mato Grosso, é uma mulher muito arrojada e conhece bem os problemas dessa Cidade paranaense.

Recebo o e-mail do Alexandre Almeida dizendo: *Belinati, estamos tentando junto aos órgãos do HU, direção, UEL, Reitoria, vice e também a SUEL, alguns contatos com outros Deputados para que eles se sensibilizem.*

O Deputado Durval Amaral, Presidente da CCJ, deve ter sido contatado neste sábado sobre a emenda que nós aprovamos, e que se aprovada, ao Projeto nº 106/09, ela permite o acesso dos agentes universitários na carreira de professor nas instituições de ensino superior. Tem um grupo da UEM que tem uma posição contrária à nossa emenda, não que sejam totalmente contrários ao teor da emenda, mas entendem apenas que essa emenda agora pode protelar um pouco a tramitação do projeto; e tem o

pessoal da UEL que é a favor, e foi esse mesmo pessoal que me pediu esta emenda.

Aqui do Diego Aguilera de Londrina: *Belinati, parabéns pela sua homenagem à família Balalai.*

Da Jaqueline Camargo: *Deputado, moro em Londrina e sei de tudo o que o senhor fez pela minha Cidade. Como sou jovem e não tenho muita experiência em carteira de trabalho, venho humildemente pedir-lhe que me ajude. Moro numa casa alugada, somente o meu marido trabalha fora, e estamos passando por sérias dificuldades.* Então, está aí minha cara Jaqueline. O que nós pudermos fazer por você, faremos com amor.

Aí o Cabral manda um e-mail: *Deputado Belinati, referente a um e-mail que eu passei a V. Sa. sobre um equipamento que reduz a poluição dos motores, dos veículos automotores.* Ele tem uma ideia, o Cabral, que o equipamento pode reduzir a poluição do carro, ônibus, caminhão, moto. Aí ele pergunta qual foi a reação dos colegas Deputados. Letra A: eles acharam legal o projeto para diminuir a poluição. Letra B: eles falaram assim: “Não é comigo”. Letra C: “Quero morrer na fumaça”. Será que tem algum Deputado que quer morrer na fumaça? Letra D: vou comprar essa ideia.

O Presidente dos Estados Unidos, o Obama, quer reduzir a poluição; e o Lula, nessa hora, não está nem aí. Aí diz aqui o Cabral que nessa hora ele gostaria de ser americano.

O Fábio Andrade: *Deputado Belinati, não me importo em pagar pedágio, pois as estradas estão em boas condições, o atendimento de emergência apresenta-se à disposição, e também já fiz uso desse serviço.* Ele questiona apenas o IPVA, porque se já é cobrado o pedágio que é para conservar as estradas, nem deveria ter IPVA. IPVA para quê? Para o Governo encher o caixa de dinheiro? É o que está acontecendo. Se já tem pedágio, deveria ser restrito apenas ao pagamento de pedágio, que por sinal está caro.

Alexandre Almeida: *Belinati, gostaria de expor meus mais sinceros agradecimentos pelo empenho de V. Exa. no intuito de defender a emenda ao Projeto de Lei nº 106/09. Ainda dele: Belinati, estamos tentando junto aos órgãos da UEL contato com os demais Deputados sobre essa emenda.* E aí diz aqui em outro e-mail: *Não entendo o motivo pelo qual a UEM, talvez representada apenas pelos seus docentes, possa estar querendo derrubar a emenda, uma vez que essa apenas amplia um direito que deve ser de todos os agentes universitários.*

Temos aqui Wilson Vaz: *Deputado Belinati, pergunto a você: o Deputado Jocelito Canto muito defende o Governador. Ele falou que são inconstitucionais as emendas aos projetos que davam aumento melhor para os servidores públicos do Estado do Paraná. Só o Governador sabe quando deve dar o aumento para os funcionários públicos e tal.* Ele está questionando aqui. Fala também sobre o Romanelli, e lembra que o Requião criou o salário-mínimo regional e instituiu um aumento de 15% para o particular pagar.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Recebemos o Seminário do Paraná do Norte Pioneiro. E a Folha de Londrina traz, hoje, o comparecimento de nós Deputados nos trabalhos aqui, durante o mês de maio. Alguns colegas e eu comparecemos em todas as Sessões, em todas as votações. Agradeço a Deus porque não tive nenhum problema de saúde, pessoal ou familiar que me impedisse de comparecer ao trabalho. Isso é o mínimo que devemos fazer em respeito ao nosso povo.

Presidente, a Folha de Londrina está defendendo a necessidade desta Casa ter uma ouvidoria para ser um canal de contato com o povo. Eu apoio integralmente esta ideia, para facilitar que o povo tenha o melhor contato aqui com a Casa e com todos nós Deputados. Ouvidoria para a Assembleia Legislativa é o que a Folha de Londrina defende e o que estamos apoiando.

O Sr. Pastor Edson Prazcyk (PRB)

Um aparte, Sr. Deputado?

(Assentimento)

Apenas pedir para V. Exa., se possível, encaminhar esse e-mail do Cabral, o rapaz que desenvolveu um invento, até porque se V. Exa. se pronunciou a respeito eu confesso que não me lembro, mas me interessa, sim, pelo tema abordado no e-mail lido sobre a poluição.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

V. Exa. é a favor que se diminua a poluição. O Cabral deve estar assistindo a Sessão.

Sr. Presidente, V. Exa. estava defendendo a um chamado de Brasília e eu falava que a folha de Londrina está defendendo, hoje, uma ouvidoria na Casa. V. Exa. está de parabéns porque criou a TV SINAL que, hoje, o Paraná inteiro pode fiscalizar o nosso trabalho. Parabéns a V. Exa! Tem Deputado aqui que não vai se reeleger, ou vai se reeleger, porque o povo está acompanhando o trabalho de cada Parlamentar.

Então, fica aqui a sugestão da Folha de Londrina. V. Exa. é um Presidente liberal, democrata, está modernizando a Casa. Creio que essa ouvidoria possa ser, quem sabe, analisada com carinho por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nós já temos, Deputado, a corregedoria. A Folha de Londrina diz que a Assembleia Legislativa do Paraná é a única que não tem a ouvidoria, mas é a única que tem o Portal da Transparência. Não há necessidade da ouvidoria, até porque temos a corregedoria, e toda e qualquer denúncia que venha à Assembleia é bem-vinda, nós temos acatado. Inclusive, uma última recente que veio da Folha de Londrina, a Casa já tomou as providências. Então, não há necessidade de se criar mais cargos aqui

em Casa, mas agradeço a sugestão de V. Exa. e da Folha de Londrina.

Antes de passar ao Grande Expediente, esta Presidência solicita a compreensão do Deputado Jocelito Canto para que, na sua questão de ordem, que já foi inclusive anunciada, já houve o acatamento, e o não acatamento da sugestão formulada pelo Deputado Nereu Moura, em virtude da existência de conflito de dispositivo. No entanto, Deputado Jocelito Canto, gostaria de pedir a compreensão de V. Exa. para que, na Sessão de amanhã, ao tempo em que dêssemos como lida a questão de ordem que já está valendo, apresentássemos, ao mesmo tempo, até por uma questão processualística, um projeto de resolução, da Comissão Executiva, para normatizar essa questão.

Eu cumprimento e agradeço V. Exa. nessa questão de ordem levantada a respeito de projetos e emendas inconstitucionais vindas da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu queria agradecer V. Exa. e a nossa comissão. Acho que encerra aquele caso que Deputados vão colocar emendas quando não pode. O próprio Deputado Belinati acaba de ler um e-mail de um cidadão que desconhecia aquilo que a Mesa acaba de informar. Então, acho que é muito importante que se cumpra a constitucionalidade e que emendas que não possam ser apresentadas não sejam usadas de forma política para prejudicar, principalmente, o Parlamento do Paraná.

Por outro lado, aproveito a oportunidade para dizer que estou requerendo hoje mais uma questão de ordem, que acho de fundamental importância. Súmula: *Requer manifestação da Mesa Executiva em relação à questão de ordem que se refere à presença dos Srs. Deputados*. Os Deputados comparecem a esta Casa, marcam o ponto, assinalam a sua presença, o nosso painel registra. Temos 44 Deputados. Aí, quando inicia a votação, às vezes não tem 28 em plenário e não há condições de seguir a Sessão, como tem ocorrido, porque os Deputados marcam a presença, saem do plenário e não voltam mais a esta Casa.

Estou fazendo uma questão de ordem a V. Exa., baseado no Regimento Interno desta Casa, para saber se o Deputado que comparece até o momento e depois não fica para votação, se ele tem presença garantida na Sessão, ou se ele se enquadra como um Deputado faltante, porque não esteve até o final da Sessão e acaba prejudicando os trabalhos desta Casa, porque não temos o número ideal de Deputados, os 28 votos, para a votação? Estou fazendo uma questão de ordem e acho que é de fundamental importância para resolvermos o problema dos Deputados que ficam aqui até o fim, que não deixam a Casa, e aqueles que marcam a presença e depois não aparecem e comprometem as votações desta Casa. Gostaria que V. Exa. também depois nos desse essa questão de ordem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência fez, por escrito, uma consulta à Procuradoria Geral da Casa, para que se manifestasse em relação aos pedidos formulados pelo suplente de Deputado, Mário Roque, e o pelo suplente de Deputado, Quinzeiro. E recebo a seguinte resposta à consulta formulada à Procuradoria. Os interessados seriam: PSB - Partido Socialista Brasileiro, e o suplente Mário Manoel das Dores Roque.

PROCURADORIA GERAL

P A R E C E R :

Parecer nº 144/09-PG

Protocolo 6253/09; 7232/09 e 7283/09

Interessados: Partido Socialista Brasileiro - PSB

Mário Manoel das Dores Roque

Exmo. Sr. Presidente Deputado Nelson Justus:

Atendendo à solicitação de V. Exa., esta Procuradoria Geral passa a se manifestar em relação aos pedidos formulados nos protocolados em epígrafe:

Trata-se de solicitação de parecer jurídico, encaminhado pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, referente à melhor avaliação dos caminhos a serem tomados, em virtude da celeuma envolvendo a nomeação do suplente do Partido Socialista Brasileiro, após o pedido de renúncia do Exmo. Sr. Luiz Fernando Ribas Carli Filho.

Faz-se necessário o presente opinativo na medida em que, após a comunicação da renúncia do Deputado filiado ao Partido Socialista Brasileiro, a Mesa Diretora recebeu três protocolos bastante antagônicos, no esque de requerer a nomeação do suplente a assumir a cadeira vaga na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Num primeiro protocolo, o Partido Socialista Brasileiro informou a desfiliação do primeiro suplente, bem como fez juntar certidão do Tribunal Regional Eleitoral, na qual restou constatado que aquela corte eleitoral foi informada da Resolução nº 004/09 do Partido Socialista Brasileiro (que reconhece Wilson Luiz Darienzo Quinzeiro como primeiro suplente), razão pela qual requereu a nomeação deste como Deputado Estadual.

Já num segundo protocolado, o Exmo. Sr. Mário Manoel das Dores Roque aduz possuir o direito de assumir a vaga aberta de Deputado Estadual do Partido Socialista Brasileiro, vez que é o atual 1º suplente indicado pela listagem do Tribunal Regional Eleitoral, da qual junta certidão expedida pela Corte Eleitoral paranaense a confirmar tal circunstância. Ademais, traz em seu pedido o recente precedente do Tribunal Superior Eleitoral, cuja disposição segue abaixo transcrita.

Não pode a Casa Legislativa, substituindo-se à Corte Regional Eleitoral, usurpando-lhe a competência, desrespeitando determinação do Supremo Tribunal Federal e lesionando direito de Parlamentar, impedir sumaria-

mente a posse de suplente por entender caracterizada infidelidade partidária. A ocorrência, ou não, da infidelidade (nem sempre presente em todo ato de migração partidária) deve, imperiosamente, ser aferida pela Justiça Eleitoral e, somente após isso, poderá legitimidade gerar as suas consequências jurídicas. (TSE - Ministro Arnaldo Versiani - Agravo Regional nº 3233 - Unânime).

Diante dos fatos apresentados, a Mesa Diretora, convencida que não cabe ao Poder Legislativo avaliar o mérito da questão de desfiliação, que precisa ser examinado pelo Poder Judiciário, prudentemente encaminhou o Ofício nº 152/09 à Presidência do Tribunal Eleitoral do Estado do Paraná para que aquela corte informasse a relação atualizada dos suplentes de Deputado Estadual do Partido Socialista Brasileiro.

Em resposta, foi encaminhado pelo TER/PR o Ofício nº 1230/09, constado certidão datada de 04/06/09, informando que, pelo resultado das eleições de 2006 o 1º suplente do PSB é o Sr. Mario Manoel das Dores Roque. Outrossim, referida certidão limitou-se, ainda, a trazer a notícia já conhecida de que foi encaminhada para o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná informação de que, por resolução interna do próprio PSB, o 1º Suplente seria o Sr. Wilson Luiz Darienzo Quinteiro, que fora diplomado como 2º Suplente pelo TER.

Assim, ante a informação do TER, quedou-se inerte a alteração pretendida e informada pelo PSB, mantendo-se a ordem obtida no pleito.

Vale ressaltar que a informação prestada no protocolo de nº 7232 noticiando que o 2º Suplente do PSB já havia tentado, perante a Justiça Eleitoral, o reconhecimento da 1ª Suplência, não obteve êxito e a ação foi extinta pelo TER/PR sem julgamento do mérito.

Diante dos fatos ora apresentados, esta Procuradoria Geral se manifesta nos seguintes termos:

Assiste razão ao Sr. Mário Manoel das Dores Roque quando pleiteia, no protocolado nº 7232/09 a nomeação como Deputado Estadual na vaga deixada pela renúncia do Deputado Luiz Fernando Ribas Carli Filho. Isto por que, conforme a documentação que instrui todo o presente material analisado, o Tribunal Regional Eleitoral ainda o considera como 1º Suplente do PSB, haja vista a certidão atualizada e a resposta ao pedido judicial sobre o tema indeferido pela Corte Eleitoral paranaense.

Soma-se, de maneira preponderante, o precedente do Tribunal Superior Eleitoral trazido pelo Sr. Mario Manoel das Dores Roque, que é bastante claro ao confirmar o entendimento desta Procuradoria Geral no sentido de que não cabe a esta Casa o exame de uma questão de infidelidade partidária, por ser prerrogativa exclusiva do Poder Judiciário.

Como não há, na certidão apresentada pelo TER/PR, qualquer modificação chancelada pelo Poder Judiciário na ordem de suplência do PSB, não cabe a este Poder Legislativo substituir a Corte Regional Eleitoral no exame do tema, visto que tal circunstância configura-

ria usurpação de competência flagrante. No mais, se assim agisse esta Casa, estaria abrindo perigoso precedente no qual a mera informação de um partido político seria suficiente para sobrepujar uma informação e uma decisão da Justiça Eleitoral.

Portanto, cabe à Mesa Diretora cumprir sua obrigação de acordo com as informações prestadas pelo Poder Judiciário Eleitoral, que é quem tem a atribuição e competência exclusivas de diplomar os eleitos e suplentes em uma eleição.

Em face de todo o aqui exposto, nos termos da informação prestada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, do precedente do Tribunal Superior Eleitoral e por uma questão de respeito à competência exclusiva do Poder judiciário de interpretar as normas e alterar o resultado obtido nas eleições, é que se opina, SMJ, pela imediata nomeação do Exmo. Sr. Mário Manoel das Dores Roque, 1º Suplente do Partido Socialista Brasileiro - PSB, para assumir o cargo vago com a renúncia do Exmo. Sr. Luiz Fernando Ribas carli Filho.

É o parecer, que colocamos à apreciação de V. Exa., sob censura.

Sala das Sessões, em 08/05/09.

(a) AYRTON COSTA LOYOLA -

Procurador Geral

Por esta razão, Srs. Deputados, a Mesa Executiva marca a posse do suplente, Deputado Mário das Dores Roque, para quarta-feira, às 10h da manhã.

O SR. RENI PEREIRA (PSDB) (Pela Ordem)

Solicito cópia autenticada do parecer da procuradoria, da informação do Tribunal Eleitoral do Paraná, porque em que pese o respeito que tenho pela Mesa Executiva e pela decisão tomada, entendo que as informações do Tribunal continuam antagônicas. Ela diz que consta, mas ao mesmo tempo ela conhece e a resolução do PSB é baseada numa resolução, de 10 de março, do Tribunal Superior Eleitoral.

Então, ao mesmo tempo em que todo o arrazoado da Procuradoria informa que a Presidência não pode tomar partido e se deixar levar por interesse partidário, ou interesse particular, me parece que a argumentação do Sr. Mário Roque foi levada em conta, Mas o que desde o início eu queria, na qualidade de Líder do PSB, era que a Justiça Eleitoral do Paraná se pronunciasse de forma forte e inequívoca, e permanecem os equívocos, pelo que eu pude ver. Respeito a Justiça Eleitoral, mas ao que me consta, uma resolução do TSE tem caráter também de disciplinar os Tribunais Regionais, e a resolução de 10 de março é clara, diz que em toda vez que houver dúvida ou controvérsia em relação à suplência, que é matéria interna do partido, e se o TSE decidiu assim, acredito que o TRE do Paraná também deveria seguir esse entendimento.

Não quero fazer aqui um juízo de valor, mas solicito cópia autenticada para que possamos tomar as medidas cabíveis, porque faço aqui a seguinte explanação: a

partir do momento em que o Sr. Mário Roque tomar posse como Deputado, ele será detentor do mandato, e como detentor do mandato, aí sim, entra todo aquele processo para perda de mandato que pode durar anos.

Então, o que queremos é resguardar o direito e o cumprimento do que disse o TSE no dia 10 e março deste ano, dizendo que quando é suplência é o partido que tem que se manifestar e o partido se manifestou há mais ou menos 20 dias, dizendo que a 1º Suplência é do Wilson Quinteiro.

Então, solicito cópia e respeito a decisão da Mesa, mas vamos procurar o socorro judicial.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero dizer ao Deputado Reni Pereira que imediatamente vamos lhe fornecer a cópia do parecer da Procuradoria da Casa, bem como a certidão expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral, a certidão atualizada, e dizer que a Mesa Executiva, a Procuradoria da Casa fica muito à vontade nesta questão, porque não cabe, não compete à Assembleia Legislativa exercer o papel que é do Judiciário. Cabe apenas cumprirmos aquilo que manda a legislação eleitoral.

Eu já tinha externado a V. Exa. que fosse quem fosse o empossado, haveria um recurso ao Judiciário, até porque não tenho dúvidas de que cabe ao Poder Judiciário a manifestação efetiva de quem é essa vaga.

Pela ordem o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, penso que V. Exa. respondeu. Como Presidente da Casa pode buscar na legislação em vigor, respeitando o ordenamento jurídico, a Constituição, as leis e, claro, com o parecer elaborado pela Procuradoria Jurídica da Casa, é indiscutível que esta Casa não possa funcionar com a outorga de Juiz. A Assembleia tem que sempre funcionar completa, com 54 Parlamentares. Penso que V. Exa. foi precavido em buscar, efetivamente, as informações necessárias, face até a uma certa insegurança em relação a quem, de fato, tem o direito a assumir.

O 1º suplente do PSB, nas eleições de 2006, é o Mário Roque, que depois se transferiu para o PMDB. Em relação à transferência de partido, claro, o PSB tentou expulsá-lo, mas isso nem entra na esfera da nossa discussão, se mudou de partido ou não. O 2º suplente, Wilson Quinteiro, aliás, um jovem brilhante, mas tanto ele como o PSB terão que recorrer no Tribunal competente em face à decisão tomada pela Mesa da Assembleia.

Não tenho dúvida, do ponto de vista das minhas convicções, que V. Exa. e a Mesa estão corretos da posse do 1º suplente, Mário Roque, que vai integrar esta Casa e deverá responder, está à espera do Tribunal Regional Eleitoral, eventual pedido por perda de mandato por infidelidade partidária, que deverá ser requerido pelo PSB, e obviamente pelo segundo suplente. Mas, que V. Exa. está correto em dar posse a ele, para mim não resta a menor dúvida. Quero parabenizar à Mesa por essa atitude.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Quero cumprimentar à Procuradoria da Casa, cumprimentar V. Exa., porque não obstante os argumentos do nobre Deputado Reni, notamos as tintas fortes da paixão partidária, a bem da verdade, mas não cabe à Assembleia Legislativa e não cabe a V. Exa. ser julgador. Quem tem que julgar esse caos, e certamente será objeto de ação judicial, será o Tribunal Regional Eleitoral. A certidão acostada, enviada pelo TRE, me parece bastante clara, dizendo que pelo TRE, 1º suplente é o Roque, Acredito que com toda certeza o PSB e os interessados vão ao Poder Judiciário, que tem a função de julgar e decidir a possível eventual perda de mandato.

Por enquanto, a Assembleia precisa funcionar com os 54 Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Obrigado.

Com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Sr. Presidente, quero cumprimentar a Procuradoria da Assembleia Legislativa pelo parecer, cumprimentar V. Exa. e a Mesa, e dizer o que já foi dito aqui pelo Deputado Romanelli e Deputado Durval Amaral: efetivamente a vaga, nos parece claro, é do Sr. Mário Roque. Agora, cabe evidentemente ao PSB ingressar no TRE e na sequência, não tendo êxito, ir ao TSE, mas a Casa cumpriu o seu papel. Quero cumprimentar V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Obrigado, Deputado, nós tomamos toda precaução para que agíssemos como preconiza a lei.

Grande Expediente:

Passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra, no horário do PT, Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Venho a essa tribuna com muita satisfação, havia antecipado na semana passada, em função da Audiência Pública que fizemos, a Secretaria Nacional Executiva da Biodiversidade Floresta nos mandou o anteprojeto de lei, que agora é um projeto de lei, que foi protocolado no Congresso Nacional, e que institui a Política Nacional de Prestação de Política Ambiental.

O Presidente Lula, em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, na última sexta-feira remeteu a mensagem, ao Congresso Nacional. Acredito que essa lei será um marco que vai dar as condi-

ções para que os entes federados, Estados e Municípios possam fazer também uma política de prestação de serviços ambientais para aqueles produtores, para aquelas pessoas que cuidam da água, que manejam e cuidam das florestas que ainda estão preservadas, e aqueles que poderão recuperar.

Então, aqui na Assembleia Legislativa, já tomamos essa iniciativa, já tramita aqui esse projeto de lei que é de minha autoria; também há outras iniciativas de outros Pares desta Casa e que cominarão, certamente, numa política de Estado, para que possamos, nos próximos orçamentos votados aqui na Casa, trabalhar de forma permanente uma política de prestação de serviços ambientais para aqueles que cuidam da água, de florestas, que garantem uma água de qualidade para o cidadão urbano.

Podemos começar a partir daquilo que se discutiu aqui na Audiência Pública, por aquelas propriedades que têm o nosso símbolo do Paraná. Pode ser um critério, aliás o nosso projeto é claro, ele remete o regulamento para o Poder Executivo. Por isso que o projeto cria também esse sistema de prestação de serviços no Estado. Em que casos? Onde? Como? Vai ser definido pelo Poder Executivo. Não tenho dúvida que o Governador Requião, que é um entusiasta da questão ambiental, absorverá este projeto, defenderá, até porque, criando um marco nacional com esse projeto, os Estados podem legislar com sua autonomia. E este Poder cria as condições, estabelece quem vai ser o prestador de serviço ambiental e o Governador pode regulamentar, definindo no orçamento que pode remeter para esta Casa, no 2º semestre, a dotação para os primeiros que podem ser beneficiados.

Estou muito feliz, porque o Presidente da República, no Dia Mundial do Meio Ambiente, remete um projeto de lei para o Congresso Nacional para regular a prestação de serviços ambientais e estabelecer a Política Nacional de Prestação de Serviços Ambientais. Vejam só os ganhos ambientais que nós teremos, à medida que se estimula, quem cuidar ou recuperar, ter um ganho remunerado por isso. Vejam só quanto avanço podemos ter nos próximos cinco, 10 ou 15 anos na questão ambiental. Isso é muito importante. É fundamental que esse projeto tramite logo.

Aqui na Casa demos um passo, nos antecipamos a essa questão, legislando aquilo que é competência do Estado do Paraná. E agora a regra geral nacional vai criar as condições para que os Estados trabalhem com perspectiva já no orçamento do ano que vem, colocar nas Secretarias de Meio Ambiente, porque lá, nacionalmente, vai ser no Ministério do Meio Ambiente.

Eu posso falar, certamente, em nome do PT, até porque estou no horário da Liderança do PT. Certamente, essa política de prestação de serviço para as questões ambientais, para quem cuida da água e cuida de matas, será um ganho ambiental para toda a sociedade. E todo o cidadão urbano, certamente, no futuro, essas políticas

dando certo, teremos água de mais qualidade, ambiente de melhor qualidade e, certamente, os filhos e netos nossos que ainda não nasceram, poderão agradecer, que naquela época, na época de 2010, se instituiu no País e nos Estados uma política de meio ambiente que remunera pelos serviços prestados quem cuida da água e quem cuida do meio ambiente.

Obrigado.

Horário das Lideranças:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

No Horário das Lideranças: Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel

O SR. MARCELO RANGEL

Sra. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, senhores da imprensa, cidadãos do Paraná.

Antes de iniciar o meu pronunciamento, gostaria de deixar registrado que semana passada eu fiz o curso de reciclagem para a recuperação da minha CNH. Fiz o curso todos os dias das 6h às 11h da noite, realizei quatro provas. Nas quatro provas eu tirei a nota 10 e consegui recuperar a minha CNH. Tinha 25 pontos, passei cinco pontos, todas infrações leves, de estacionamento irregular e duas de pardal, que indica 40 quilômetros e eu passei a 55 e a 60 quilômetros. Já estou totalmente regularizado.

E mais, Deputado Romanelli, gostaria inclusive de recomendar a todos o Parlamentares e a todos os motoristas, porque é um grande curso. Aprendi muito no curso de reciclagem. Não é vergonha para ninguém, porque na minha sala existiam Desembargadores, Juízes, advogados, uma estudante de Medicina, moto-boys, engenheiros, enfim, pessoas que passaram dos 20 pontos.

Só gostaria de deixar registrado, porque trouxe da sala de aula, também, senhoras e senhores, muitas ideias, muitos projetos que estarei aplicando aqui na Assembleia Legislativa com relação à conscientização do trânsito.

O meu pronunciamento hoje é sobre crimes de internet. Hoje podemos dar um importante passo para tentar coibir, Deputado Douglas, os crimes que estão assolando o Paraná através da rede. Muitas pessoas não sabem, mas só aqui no nosso Estado, são mais de 12 mil procedimentos policiais de investigação sobre crimes de toda a ordem: dos crimes de difamação, dos crimes contra a honra, contra as famílias, tráfico de drogas, formação de quadrilhas, pedofilia, estelionato, aliciamento de menores, vilipêndio a cadáver, que é aquele crime: as pessoas que tiram fotos de cadáveres, de acidentes, e distribuem através da internet. Isso é crime.

Ou seja, os bandidos estão trocando as armas pelo teclado do computador.

Gostaria também de deixar registrado no meu pronunciamento que sites piratas estão tornando públicos os dados de pessoas, de cidadãos comuns. Existem sites piratas que estão comercializando dados pessoais através da internet, são os sites de pirataria de dados particulares. Por exemplo: vou a esses determinados sites e escrevo Douglas Fabrício. Esse site me passa endereço, telefone, CPF, banco que trabalha, bens, vizinhos, filhos, netos, onde você exerce a sua profissão, quanto ganha, aonde os filhos estudam, ou seja, tudo. Isso precisa acabar imediatamente. Uma fábrica de informações à disposição de qualquer bandido no Estado do Paraná. Isso precisa ser coibido. Estava conversando, e hoje estamos recebendo a visita aqui na Assembleia do Dr. Demétrius. Seja bem-vindo Dr. Demétrius, que é responsável pela Delegacia de Crimes Cibernéticos do Estado do Paraná. Ele estava me dizendo que no mundo existem 1 milhão e 200 mil sites criminosos, e-mails, blogs, orkut, que difamam e desonram com montagens, fotos e comentários criminosos sobre crianças, adolescentes, jovens, senhoras, senhores, que acabam, muitas vezes, perdendo tudo o que têm profissionalmente e até familiarmente.

Deputado Douglas, tivemos casos tristes de suicídios envolvendo jovens que eram alvos de preconceitos e difamação através da internet.

Tivemos casos de famílias que abandonaram tudo o que tinham e foram embora para outro Estado, porque a sua filha menor foi exposta através de montagens em orkuts, difamação através de fotos. Isso acontece todos os dias Deputada Cida Borghetti, a senhora que é mãe e tem uma filha adolescente.

Eu que sou pai, tenho uma filha de sete anos, me preocupo muito com isso. Srs. Deputados, precisamos aprofundar muito essa discussão.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Deputado, quero cumprimentar V. Exa. pelo assunto que aborda na tribuna. Fiquei uns tempos fora da Assembleia e gostaria de saber se existe delegacia especializada para crimes na internet no Estado do Paraná.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Essa delegacia voltou a funcionar nesta legislatura, graças, inclusive, a cobranças que fizemos aqui na Assembleia Legislativa e está aqui o delegado, que é um grande especialista.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Na legislatura anterior, esta Casa aprovou uma iniciativa nossa, essa delegacia especializada para crimes na internet.

Acho que o Estado não vai poder fugir disso, vai ter que se envolver nessa questão da internet, tendo em

vista que acontece tudo o que V. Exa. acaba de dizer na tribuna e muito mais ainda.

Cumprimento V. Exa. pelo seu pronunciamento.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Deputado Neivo Beraldin, o Dr. Demétrius, que representa essa delegacia, estava me contando que aqui no nosso Estado já existem casos sendo investigados de aliciamento de menores, prostituição infantil e redes de criminosos de pedofilia, que pagam em euros os seus aliados.

Senhoras e senhores, muitos desses crimes são cometidos em empresas que alugam computadores. Muito desses crimes são cometidos em lan houses.

Eles fazem isso por um motivo muito simples: a investigação se torna muito difícil. Quando a Polícia chega ao computador de origem, através do IPE, esse poder pode ter sido usado por qualquer pessoa dentro dessas empresas.

Por isso, hoje está na pauta, um projeto de minha autoria e do Deputado Ney Leprevost. Gostaria de pedir o apoio dos Srs. Deputados, porque é o primeiro passo. Teremos outros passos ainda a serem dados para nos aprofundarmos nessa discussão a respeito dos crimes na internet, mas votando de maneira positiva nesse projeto, vamos prever a presença de câmaras nas lan houses e também a identificação das pessoas que utilizarem esses computadores de uso comum. Estaremos coibindo, de uma certa forma, a utilização, por meio de bandidos e criminosos, desses computadores para crimes cibernéticos.

Portanto, peço o apoio dos Srs. Parlamentares, e também faço um convite, porque nesta semana vou fazer uma Audiência Pública, convocando e pedindo também a participação dos Deputados Federais que fazem parte da Frente Parlamentar Contra os Crimes de Internet, dos Deputados Estaduais e de técnicos, como o Delegado Demétrius e outros técnicos, outras pessoas que entendam profundamente do assunto, para que possamos abordar com profundidade esse assunto de grande preocupação, que são os crimes de internet no Estado do Paraná.

Era isso, Sra. Presidente. Muito obrigado pelo espaço.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

No horário da Liderança do Democratas, com a palavra o Deputado Durval Amaral.

Liderança do DEM: Deputado Durval Amaral

O SR. DURVAL AMARAL

Exma. Sra. Presidente Cida Borghetti e Exmos. Srs. Deputados.

Há algumas semanas trazia uma informação ao Plenário da Assembleia Legislativa, dizendo do pro-

jeto que já havia sido aprovado em caráter definitivo, tanto na Câmara, quanto no Senado Federal, sobre a transparência total no Brasil, e que esse projeto havia sido encaminhado para a Presidência da República para a sanção ou veto. Na semana próxima passada, o Presidente da República, Luiz Inácio da Silva, sancionou na sua totalidade a Lei Complementar nº 131, que altera o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que é justamente um dos artigos a que me referi muito naquela exposição sobre a transparência na Assembleia Legislativa, de como ela deveria ser elaborada. Lembro-me que falei várias vezes sobre o artigo 48. E agora, com essas alterações introduzidas no artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a transparência no Brasil passa a ser total. Como assim?

Toda e qualquer despesa deve ser colocada na rede mundial de computadores de maneira pormenorizada. A Lei Complementar nº 131, estabelece que toda e qualquer despesa deve ser colocada de maneira pormenorizada no portal dos Governos, todos eles, seja o Governo Executivo a nível nacional, a Presidência da República, o Poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal, a Procuradoria da República, enfim, todos os Poderes dos entes federados, na esfera nacional, na esfera estadual e na esfera municipal.

Para que os Srs. Deputados tenham uma idéia, isso significa dizer que toda e qualquer despesa que seja empenhada, vai ter que constar ali, quando do empenho, já de maneira pormenorizada, a que ela se refere. Caso se refira a uma licitação, terá que ter a síntese da licitação pública, que está respaldando aquele pagamento que será efetuado. E isso no prazo máximo de um ano, entre todos os entes federados. Isso significa dizer, no meu modesto entendimento, que abrangerá não só a Administração Pública Direta, como a Administração Pública Indireta também.

Então, todas as despesas no Brasil - o prazo é de um ano - deverão estar, em tempo real, de maneira pormenorizada na internet, quer seja despesa na construção de uma estrada, na construção de uma ponte, na construção de empresas de publicidade, de agências de publicidade em meios de comunicação.

Concedo um aparte ao Deputado Douglas Fabrício.

O S. Douglas Fabrício (PPS)

Sem dúvida alguma é um avanço. Vamos reconhecer que o Governo Lula sancionou esse projeto, que agora, daqui a um ano, todo mundo vai saber de tudo. É claro que também temos que imaginar que ele foi fazer isso no final do seu segundo mandato.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM)

Vai valer para o próximo Governo.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

É, ele faz para o outro, para ele não fez, porque se ele tivesse feito isso desde o início, nós saberíamos

quanto está custando essa propaganda que está veiculada na Globo e em todos os canais de televisão, que havia por aí o Programa Minha Casa, Minha Vida, e até agora eu não vi nenhuma casa construída para o povo, para valer. Essa semana mesmo estive em Campo Mourão, num bairro humilde, simples, que é triste de ver, a pessoa não tem banheiro na casa, povo que é defendido pelo Governo.

Então, vejo com tranquilidade que é um avanço, é um caminho, mas é bom reconhecer que o Governo Lula está fazendo para valer lá para o outro Governo, e não para o Governo dele atual.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM)

Assiste razão a V. Exa. quando faz essa colocação, porque esse instrumento passa a ser de fundamental importância para a Oposição, é o que chamamos de controle social. Só que não será reservada essa prerrogativa só ao Parlamento; todo e qualquer cidadão poderá denunciar, e a própria Lei Complementar nº 138 diz que terá legitimidade todo e qualquer cidadão do povo, partido político, sindicato, para denunciar eventuais necessidades.

Então, veja só o avanço. E o avanço acaba sendo também bastante significativo no que diz respeito à receita, Deputada Cida, porque em tempo real a receita do Município, a receita do Governo do Estado, a receita do Governo Federal, aquele impostômetro que tem ali na rua XV, nós vamos ter não o estimado, mas o real, o povo vai saber quanto é que ele paga de tributos e quanto é que o Governo Federal, Estadual, Municipal, arrecada, como é que ele gasta e quanto gasta. Realmente é um avanço. É para o prazo de um ano, para os Municípios maiores também é de um ano, para os Municípios que tenham de 50 mil até 100 mil habitantes, o prazo será de dois anos, e os Municípios com menos de 50 mil habitantes, o prazo será de quatro anos.

E para ainda falar um pouco sobre o Portal de Transparência e sobre o efeito dessa Lei Complementar nº 131, o Conselho Nacional do Ministério Público já enquadrando o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual, também criando o Portal da Transparência, criou um nome igual ao nosso aqui da Assembleia Legislativa do Paraná, dando um prazo de até 120 dias para que todos os Ministérios Públicos, a nível estadual e federal, se enquadrem na Lei Complementar nº 131, ou seja, enquanto o Governo Federal, a Lei Complementar nº 131 dá um prazo de um ano, o Ministério Público se antecipa, cria nacionalmente o Portal da Transparência, obriga todos os Ministérios Públicos a nível de Estado a ficarem ligados com o Conselho Nacional do Ministério Público, disponibilizando todas as informações previstas na Lei Complementar nº 131, no prazo máximo de 120 dias.

Então, só para dizer, Deputado Elio Rusch, quando elaborávamos o nosso Portal da Transparência aqui do Paraná e colocávamos o prazo de 120 dias, alguns não

entenderam muito bem. Agora vemos que o próprio Ministério Público Federal, o próprio Conselho Nacional do Ministério Público vem também com o mesmo nome, com o mesmo título, Portal da Transparência, e dá exatamente o mesmo prazo que nós demos, de 120 dias. Só para dizer da coerência da nossa proposta, da proposta da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que foi automaticamente, não vou dizer, mas que foi mudando automaticamente.

Então, vejam só, os tempos são outros, não é só na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, mas no congresso Nacional, é no Brasil. Cada dia que passa, mais mecanismos são criados para o controle social das despesas públicas, e como eu digo sempre: qualquer parte do mundo, vai poder acompanhar as contas do Governo do Estado, do Governo Federal.

Enfim, o que temos hoje no Paraná, se quisermos ter o acesso pormenorizado às contas, não conseguimos, nem nós que somos Deputados Estaduais. Há algumas informações disponibilizadas, mas não chega ao nível de detalhamento que será obrigado a partir de agora, a partir da Lei Complementar nº 131. Aquela função que nós Parlamentares todos temos, de acompanhar e fiscalizar as contas do Poder Executivo, e que aqui no Paraná, apesar de todo discurso, não temos mecanismos eficientes que nos possibilitem abrir e chegar ao detalhamento da despesa, agora, com essa lei, todo e qualquer cidadão brasileiro, de qualquer parte do mundo, poderá acompanhar as despesas do Governo Federal.

Claro, vai valer para o próximo Governo. Será, sem dúvida alguma, um instrumento muito forte na mão da Oposição. Só que, independentemente dessa questão política, eleitoral, é de fundamental importância para a democracia do Brasil.

Penso que, após entrar em vigor, o País sofrerá uma mudança de eixo que vai, num primeiro momento, trazer alguns atropelos, transtornos, mas, na sequência, fortalecerá muito a democracia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Em nome do Deputado Ney Leprevost, gostaria de anunciar a presença do Sr. José Sevilha Garcia, que é Presidente do PP de Santa Mariana e também Secretário de Obras do Município. Seja bem-vindo a esta Casa.

Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Liderança da Oposição: Deputado Douglas Fabrício (PP)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vi na imprensa, há dias atrás, que o Governador José Serra desonera 119 segmentos de ICMS. Sei lá quantos mil ele está desonerando de ICMS. Só que ele

está fazendo isso e não está aumentando a energia elétrica, o telefone, e também não está aumentando o preço da gasolina. Coisa que o Governador do Paraná fez. Na época, quando queriam que votássemos favorável ao projeto de aumento de imposto do Governo, ele dizia que iria baixar impostos em outros produtos e que iria compensar por causa da lei de Responsabilidade Fiscal.

Agora, o Governador Serra faz uma situação parecida, mas não aumenta. Então, não tinha aquela desculpa da Lei de Responsabilidade Fiscal? O que o Governador fala em fazer lá em São Paulo? Cortar custos e reduzir os custos. Por que aqui no Paraná não pode fazer isso? Por que teve que aumentar?

Outra coisa que devemos levantar: baixaram os preços dos produtos? Porque tenho ouvido, lá na minha região, as pessoas reclamam do aumento, porque começou a chegar a conta da energia elétrica, do telefone, vai no posto e aumentou o preço da gasolina. O aumento aparece, mas o desconto não está aparecendo. Talvez só eu não esteja enxergando.

Deputado Rangel, lá na sua região baixou o preço do remédio? Tenho ouvido as pessoas reclamando que aumentou o preço.

Tem um levantamento que o próprio Governo andou fazendo que beneficia o Governo. Inclusive eles divulgam: “Olha, foi bom para o Paraná.” Mas é uma divulgação do Governo. Não é uma divulgação que não seja do Governo. Fica até uma sugestão aos órgãos de pesquisa, para fazerem um levantamento que não seja oficial do Governo, porque o oficial só vai divulgar benefícios do Governo. Se imaginarmos que esse aumento que aconteceu, as pessoas, agora, reclamam nas ruas do aumento da energia elétrica, do aumento do telefone, do aumento da gasolina e, do outro lado, não se vê o desconto.

O leite. Vamos pegar o exemplo do leite, que está subindo o preço. E aí? O Governo dizia que ia baixar o preço.

O Deputado Jocelito Canto quer falar, acho que, de repente, Deputado Jocelito, o senhor pode me ajudar. Às vezes, lá em Ponta Grossa, pode ser que tenha realmente surtido efeito, tenha beneficiado a população esse projeto que foi votado aqui.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Queria apenas contribuir com seu pronunciamento para dizer a V. Exa. que alguns produtos realmente baixaram, mas alguns ainda me parecem que não. É importante dizer, Deputado Douglas, que existe um item da lei que diz que se os produtos não baixarem, o Governo pode remoldar a lei. Se não me falha a memória, existe na lei, sancionada pelo Governador, um artigo em que ele pode voltar a lei e voltar tudo para trás.

Sobre a questão da COPEL. Eu tenho acompanhado, Deputado Douglas, a propaganda que a COPEL

insere nas emissoras de rádio, que diz exatamente aquilo que V. Exa. está falando. Há uma propaganda colocando que a energia elétrica é bem mais cara no Estado de São Paulo que no Estado do Paraná. Quem sabe, seja aquilo que V. Exa. falava, que o Governador Serra não precisa baixar a energia, em função de que lá é mais caro do que aqui no Paraná. Eu tenho visto essa propaganda e queria contribuir com V. Exa. dizendo que o Governo faria uma propaganda enganosa no rádio, na televisão, dizendo que em São Paulo é muito mais cara a energia que aqui no Estado do Paraná.

É a minha contribuição para seu valoroso pronunciamento.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado, Deputado Jocelito Canto. Já respondo a V. Exa.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Douglas, em primeiro lugar, quero dizer a V. Exa. que, em relação ao leite, a alíquota é de 12%, embora exista inclusive crédito presumido por conta da guerra fiscal que temos. Talvez V. Exa. não se recorde, mas elevamos o leite longa vida à alíquota de 12 para 18%, para tentar impedir concorrer com o Estado de São Paulo. Esse dispositivo foi vetado pelo Governador Requião, que não aceitou, dizendo que seria contraditório com o espírito do projeto que havíamos aprovado na Casa.

Então, veja, não mexemos a alíquota do leite, o preço do leite é regulado pelo mercado. Ao mesmo tempo, temos que reconhecer que o preço do leite tinha caído muito, estava inviabilizando os produtores de leite. Sempre tenho recebido o Sindicato do Leite, o Wilson Thiesen, que trata do tema. Sinceramente, não mexemos na questão tributária. Muito pelo contrário, o que o Governo faz é tentar viabilizar a redução do preço do leite.

Sobre os remédios. Houve redução dos preços dos remédios. O que há, efetivamente, em alguns casos específicos, é que tanto São Paulo quanto o Paraná colocam os medicamentos na substituição tributária, e isso faz com que, de fato, se diminua a margem da sonegação. Então, os sonegadores fiscais, que estavam acostumados a não pagar o imposto, estão tendo que pagar agora. Isso tanto aqui no Paraná quanto em São Paulo.

Por último, Deputado, me permita só concluir uma coisa. Dou até o tempo da Liderança do Governo para V. Exa. falar. Não há problema nenhum. Fique tranquilo com relação ao tempo.

V. Exa. falava da gasolina.

Ora, sobre a gasolina, foram os discursos mais apoteóticos que ouvi nesta Casa, que iria subir 10 centavos o litro da gasolina. Eu pergunto a qualquer pessoa

neste Estado do Paraná: a gasolina aumentou ou reduziu o preço? Subiu ou reduziu, Deputado? Reduziu. O preço da gasolina foi reduzido.

Ora, vamos ser sinceros aqui: os produtos baixaram de preço nas gôndolas dos supermercados, na indústria do vestuário é visível, as cadeias de grandes lojas fizeram promoção com base na redução, que é em média de 8%.

Então, sinceramente, o Deputado Jocelito já falou sobre a questão da energia, Deputado Douglas Fabrício, ponha a mão na consciência, veja o preço da energia em São Paulo e veja no Paraná; veja o preço que cobramos das tarifas públicas, a água, por exemplo, faz cinco anos que não temos reajuste de preço na tarifa de água.

Sinceramente, acho V. Exa., um Parlamentar preparado, tem temas muito mais interessantes do que um dêjá vu, desse forma com que V. Exa. fala da tribuna.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

V. Exa. usou o meu tempo para se justificar.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Pode usar o horário da Liderança do Governo.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

A hora que V. Exa. falar, eu quero um aparte.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Mas, V. Exa. está falando no horário da Liderança, ele lhe cedeu.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Eu só falei que o Governador Serra fez uma medida sem aumentar as outras. Por que baixou o preço da gasolina? O preço do barril do petróleo era US\$ 140, agora é 40. Então, é uma questão de mercado. Imagine, a gasolina, se não tivesse esse aumento, seria mais barata ainda. Entendeu?

O Deputado Romanelli usou o meu tempo, mas vou pedir para o Deputado Jocelito e para o Deputado Romanelli falarem com o povo também, porque quem está reclamando do aumento nas gôndolas dos mercados é a população. Estou aqui falando que a população vem me cobrando, certo? Está cobrando porque subiu. Vai ter o remédio, subiu; vai ver muitas coisas subiram, infelizmente.

Vou voltar a falar sobre esse assunto, porque quando se fala em aumento, o Governo aumenta o preço, mas depois não quer assumir as consequências. Poderia, sim, ter baixado os preços sem aumentar a energia elétrica, sem aumentar a gasolina, e sem aumentar o preço do telefone.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Liderança do Governo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Eu coloco à disposição do Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas, sinceramente tenho uma única palavra, eu dei o horário da liderança inclusive, até porque o Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch, veio aqui me falar uma coisa e eu quero que ele tenha a coragem de falar publicamente, para contrariar aquilo que acontece. O que estou falando é o seguinte: não é impublicável o que ele falou. Ele falou, ele vai falar ali e depois eu falo o que ele falou.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço, Deputado Douglas Fabrício.

Ouçõ o seu pronunciamento com muita atenção, e dizer ao Deputado Romanelli que, realmente, quando votamos no ano passado a reforma tributária no Estado do Paraná, e não podia ser outro comportamento da base do Governo, do Líder do Governo, querer defender o Governo do Estado e defender aquela reforma tributária que foi posta aqui no Estado do Paraná.

Agora, tenho documentos que estamos analisando, Deputado Romanelli, que os remédios não reduziram nos patamares que foram anunciados na reforma tributária, não reduziram. Foi falado que iria reduzir mais de 30% não reduziu. os eletrodomésticos não reduziram, reduziram porque houve a redução do IPI do Governo Federal, diga-se de passagem. A gasolina, Deputado Romanelli, tenho que fazer o levantamento, mas fui informado, agora há pouco por algum Deputado, eu não quero citar o nome, mas alguém me disse que a gasolina aumentou, que a gasolina não baixou. Baixou a gasolina. Tem que baixar mesmo, porque o barril de petróleo estava US\$ 140 no ano passado, há dois anos atrás. Hoje você compra a 40, US\$ 50 o barril. Quer dizer, não é possível! Quando você negocia o barril de petróleo a US\$ 140, US\$ 150, agora, você compra por um 1/3 do preço, que não baixa o preço para o consumidor.

Vamos trazer os números, sim, Deputado. A nossa assessoria está estudando.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Apenas informar que a Liderança da Oposição deve ser usada pelo Líder da Oposição ou pela Bancada da Oposição ou da Situação. V. Exa. é o Líder do Governo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Entendo isso e V. Exa. tem razão, regimentalmente. Recebi o horário e concedi um aparte ao Deputado Douglas Fabrício.

Dizer que na semana passada, Deputados Elio Rusch e Douglas, teve uma matéria aqui: *Governo Federal segue exemplo do Paraná e planeja reduzir o ICMS dos medicamentos*. Todo mundo sabe que ICMS

é competência dos Estados. O que o Governo Federal está fazendo? Ele chamou o Sindicato da Indústria Farmacêutica para discutir um pacto em relação à redução dos preços dos remédios. E como exemplo do Governo Federal naquilo que é tributo estadual, especificamente, do ICMS, ele citou como exemplo o Paraná, a ser seguido, para poder reduzir o preço do medicamento.

Nunca disse aqui que iríamos reduzir em 30% o valor do medicamento. O que dissemos é que iria ser reduzido em 6% - considerando que no Brasil as contribuições incidem sobre o imposto, e poderia ter uma redução de até 8%, o que efetivamente, em alguns produtos, aconteceu. Quando disse que em alguns produtos há algumas distorções, é por conta do que sabemos.

O Paraná acabou com as barreiras, com os fiscais nas estradas, completamente, está aberto. Mas quando colocou em substituição tributária, que é cobrando isso na saída do produto, o que aconteceu? Os sonegadores foram pegos, tanto pelo Governador Serra, quanto pelo Governador Requião. Essa é uma adequação à realidade daqueles comerciantes que trabalham honestamente.

Deputado, eu lhe devolvo a palavra para que V. Exa. continue o seu pronunciamento.

Passa a usar o horário da Liderança do Governo

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Deputado, concordamos com a redução. Se o Governo Lula está seguindo o Governo Requião no exemplo da redução, ele está correto. Agora, o Governo Lula não está seguindo o Governo Requião no aumento. É isso que estou colocando aqui: que outros Governos estão fazendo também a redução. Posso dizer que o Governo Serra está seguindo o Governo Requião também na redução, e não no aumento. E é nesse sentido que estamos cobrando. Dava para reduzir, sem aumentar.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

O que falávamos, na época que foi aprovado o projeto, é que seria trocado seis por meia dúzia, e que na verdade poderíamos passar por um grande risco, e é o que está acontecendo, Deputado Romanelli. Concordo plenamente com o pronunciamento do Deputado Douglas Fabrício.

Colocamos no projeto duas emendas, que vieram da Bancada da Oposição: a emenda do gatilho e a emenda da lista dos produtos, que teria que estar fixada em um local visível, para todos os consumidores, principalmente nos supermercados. Tem que ter a lista. O gatilho é para que o projeto possa ser revogado, se não surtiu efeito.

Posso lhe dizer, Deputado Romanelli, que estou com o dedo no gatilho, porque não vi surtir efeito nenhum. Uma coisa é a questão do IPI, da determinação nacional, dos carros, até mesmo na linha branca dos eletrodomésticos. A questão do ICMS, já no primeiro mês subiu a gasolina. Então, a linha branca de eletrodomésticos, porque houve redução de IPI, em uma determinação nacional, aí sim foi visível. Mas a questão do ICMS, infelizmente, trocou-se seis por meia dúzia, e na verdade ainda acho que foi um erro e votaria novamente contra este projeto, porque agora estamos vendo que os efeitos não foram visíveis...

(Vozes paralelas)

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Marcelo Rangel, tem uma coisa que V. Exa. falou, já está identificada uma coisa, as empresas que são nacionais - nacionais que eu digo é que tem capital, controle nacional, e que têm filiais no Paraná - ou empresas paranaenses, elas efetivamente fizeram adequação com a redução dos impostos.

As empresas, tipo Wal Mart, empresas que são multinacionais, essas não, essas estão perdendo mercado, porque não reduziram o preço. Há alguns segmentos e, por óbvio, vamos identificar.

E também quero dizer a V. Exa. o seguinte: aqui não há uma questão dogmática. Penso que fizemos um experimento importante. Aparentemente dá para verificar que houve uma redução geral de preço, e isso foi notificado, inclusive, até em rede nacional.

O que temos que fazer é acompanhar o desdobramento disso e, por óbvio, se for necessário, no final do ano, revogamos isso e ano que vem virá com outra legislação, se efetivamente aqueles que estão tendo ganhos se apropriarem, coisa que, na grande maioria, não estão se apropriando, estão repassando para o consumidor. Temos que ter claro isso, e esta Casa, obviamente, em acordo com o Poder Executivo, poderá modificar aquilo que é importante para o Estado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Deputado Romanelli, acho que precisamos conversar, pedir, acho que o Governo poderia fazer uma campanha também, que as donas de casa comessem a ajudar a fiscalizar neste sentido, porque temos percebido que - eu sei a intenção do Governo em baixar, nós concordamos, o que não concordávamos na época e não concordamos, é com o aumento que ele teve que fazer em outros setores para poder compensar, de repente, esta possível perda de arrecadação.

O que estamos cobrando é exatamente isso: que o Governo vai aumentar a arrecadação, e a população, em parte, é beneficiada. Mas em grande parte, não é beneficiada. Citei o exemplo do remédio, porque o remédio todo

mundo precisa e havia uma expectativa que baixasse o preço, Deputada Cida Borghetti, e acabou, em muitos casos, não acontecendo.

Era isto. Muito obrigado.

Ordem do Dia:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 034/09 subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Município de Ubatuba, do lote de terra nº B-1-F-31, remanescente - 1, com área de 3.284,75 m2, sem edificação, naquele Município, conforme Matrícula nº 18330, do Registro de Imóveis da Comarca de Ubatuba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 035/09, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Marilena, de área com 700 m2, contendo edificação, constituída pelo lote urbano nº 12, quadra 58, Transcrição das Transmissões nº 2048, do Registro de Imóveis da Comarca de Nova Londrina. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 036/09, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Marilena, de área com 600 m2, contendo edificação, constituída pelo lote urbano nº 16, quadra 47, Transcrição das Transmissões nº 2048, do Registro de Imóveis da Comarca de Nova Londrina. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 037/09, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei objetivando tornar obrigatório que as propagandas expostas em todo o território estadual, que tenham em seu conteúdo palavras em outros idiomas, possuam tradução. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 038/09, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Luanilde, dos lotes nºs 9-A e 10-A, da quadra nº 01, com áreas respectivamente de 399,96 m2 e 399,96 m2, matriculados sob nºs 8433 e 8434 no Registro de Imóveis da Comarca de São João do Ivaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 039/09, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei objetivando a autorizar o Governo do Estado a doar ao Município de Figueira, os lotes de terrenos urbanos nºs 01, 02, 12 e 13, da quadra 11, com áreas, respectivamente de 922,21m², 526m², 497,28m² e 804,46m², situados no loteamento denominado Residencial Vale Verde, naquele Município, pertencentes ao Estado do Paraná, matriculados nos nºs 7808, 7809, 7819 e 7820, no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba/PR. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 040/09, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei objetivando dar nova redação ao *caput* do artigo 236, da Lei nº 6174, de 16/11/70 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado do Paraná). **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 041/09, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei dispondo sobre proibição do uso de cigarros, cigarilhas, charutos ou qualquer outro produto derivado do tabaco que produza fumaça, em recinto coletivo, privado ou público. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 042/09, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que mantém o compromisso de Segurança Pública que firmou com a população do Estado, e fulcrado na premissa do que dispõe a Constituição da República do Brasil, de que Segurança Pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, que deve ser exercida para a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 491/09, subscrito pelo Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando à apreciação da Assembleia Legislativa o anteprojeto de lei que dispõe sobre o reajuste de 5,90% (cinco vírgula noventa por cento), incidente sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro de Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Parecer nº 144/09, subscrito pelo Exmo. Sr. Procurador Geral desta Casa, constante do expediente, em relação à vaga deixada pelo ex-Deputado Ribas Carli Filho (PSB), no que diz respeito a sua suplência. Informa que de acordo com o parecer do Tribunal Regional Eleitoral, a vaga pertence ao Sr. Mário Roque, e não cabe ao Legislativo avaliar o mérito que é cabível à Justiça Eleitoral, por tanto irá seguir o que foi informado pela corte eleitoral, uma vez que isso é prerrogativa exclusiva do Poder Judiciário, caso con-

trário, estaria usurpando em competência privativa da Justiça Eleitoral e abrindo um precedente. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, solicitando manifestação da Mesa Executiva em relação à questão de ordem. **À Comissão Executiva.**

Indicação nº 721/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado, que determine o cumprimento do que dispõe o Estatuto do Idoso, para assegurar transporte gratuito intermunicipal. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 722 e 723/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constantes do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a construção de um Centro Educacional Infantil, no Município de Sarandi, localizado nos respectivos endereços Parque Residencial Bela Vista I e Jardim Ouro Verde II. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em número de 02 (dois) de autoria do Deputado Professor Lemos, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2713, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 03 do mês corrente, devido a reunião com diretores de hospitais, na condição de Presidente da Comissão de Saúde. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 2759, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 10/06/09, pois estará compondo o palco oficial do desfile de comemoração aos 95 anos da Cidade de Foz do Iguaçu. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 505/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que dispõe sobre a garantia do diagnóstico precoce do câncer de mama e do serviço radiológico do tipo mamográfico nas Cidades-Polo.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 505/08
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O diagnóstico do câncer de mama deve ser assegurado em todo o território paranaense.

Art. 2º O Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde, deve assegurar a toda população paranaense, por meio de seus serviços próprios ou conveniados:

I - Exame mamográfico a todas as mulheres com idade maior ou igual a 35 (trinta e cinco) anos de idade, na periodicidade recomendada pelo Ministério da Saúde e demais especialidades médicas afins;

II - Exame de mamografia a todos os homens que, por orientação do profissional devidamente credenciado no Sistema Único de Saúde, achar necessário;

III - Acesso a serviços de maior complexidade para diagnóstico e tratamento quando necessário.

Parágrafo Único. O exame que trata o item I deste artigo será assegurado às mulheres, independentemente da idade quando constatado o problema e atestado pelo profissional médico devidamente credenciado pelo Sistema Único de Saúde.

Art. 3º O exame que trata o item I e II do artigo 2º desta lei deverá ser realizado em um prazo máximo de 30 (trinta) dias após solicitação do médico credenciado.

Art. 4º Torna-se obrigatória a implantação do serviço radiológico do tipo mamográfico gratuito nas Cidades-Polo, ou a utilização de qualquer método mamográfico reconhecido pelo Ministério da Saúde.

§ 1º Entende-se por serviço radiológico a implantação do equipamento, no caso mamográfico, e credenciamento junto ao Sistema Único de Saúde dos profissionais habilitados a manusear e interpretar a imagem obtida pelo equipamento (radiologista e técnico em radiologia).

§ 2º Entende-se por Cidades-Polo toda aquela que tiver população maior ou igual a 30 mil habitantes, levando por base as informações do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 5º Fica estabelecido o período até 31/12/12, para que os Municípios que trata o parágrafo 2º do artigo 4º, sejam atendidos pelos benefícios desta lei.

Art. 6º A implantação que trata o artigo 4º e seus parágrafos terá seu investimento rateado nas proporções estabelecidas por regulamentação entre o Estado e Municípios.

Art. 7º O Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, estabelecerá as condições necessárias para a execução do que estabelecem os artigos 4º, 5º e 6º, na sua totalidade.

Art. 8º A implantação que trata o artigo 4º e seus parágrafos poderá se estabelecer através da aquisição de equipamentos ou firmamento de convênios com estabelecimentos públicos ou privados, por parte do Ministério da Saúde, Secretarias Estaduais de Saúde e Secretarias Municipais de Saúde.

Art. 9º A fiscalização dos serviços conveniados de mamografia estará a cargo da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 10. A fiscalização do funcionamento e manutenção dos aparelhos de mamografia será de responsabilidade das Secretarias Municipais de Saúde.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03/06/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sra. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Chamada nominal, Sra. Presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Questão de Ordem**)

Fiz uma questão de ordem hoje à Mesa, exatamente para ver se aqueles 50 Deputados estão presentes no momento que começa a votação, até porque depois cai a Sessão e nunca sabemos, a imprensa sempre diz que caiu por falta de presença dos Srs. Deputados.

Volto a dizer a esta Casa que gostaria de saber se realmente o Deputado que falta no momento das vota-

ções, ele tem direito até a presença assegurada, ou vai para o Regimento Interno?

Então, volto a fazer esta questão de ordem, que está na Mesa para ser lida, e ao mesmo tempo para que não tenhamos falta de Deputados, principalmente na Sessão, e acabar com aquele negócio de vir aqui, carimbar o passaporte, “dar um bico” e voltar.

Era isso, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Informo a V. Exa. que já foi encaminhado à Mesa Executiva.

Com a palavra o 1º Secretário, Fernando Scanavaca, para que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Fernando Scanavaca**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Comunico que é visível, já há quórum para o prosseguimento da Sessão.

Item 01: redação final do Projeto de Lei nº 505/08. **Aprovada.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 239/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a Associação Renascer de Itaperuçu, com sede no Município de Itaperuçu e foro na Comarca de Rio Branco do Sul. **Aprovada. (Publ. no DA nº 051/09, de 19/05/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 242/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Amigos do Aduato Botelho - ABAAB, com sede e foro no Município de Pinhais. **Aprovada. (Publ. no DA nº 052/09, de 20/05/09, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 164/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que declara de utilidade pública o Centro de Atendimento para Jovens e Adultos Especiais - CAJÁ, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ (anexo Projeto de Lei nº 328/08). **Aprovada, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 496/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 036/08. que dispõe sobre a concessão de anistia aos servidores públicos civis

e empregados da Administração Pública Estadual, de empresas públicas e de sociedade de economia mista. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.**

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em número de 03 (três), nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 496/08

Art. 1º Fica concedida a anistia aos servidores públicos e empregados da Administração Pública Estadual, Autárquica e Fundacional, bem como aos empregados de empresas públicas e de sociedades de economia mista sob o controle do Estado, que, no período compreendido entre 01/01/83 a 31/12/90, tenham sido despedidos, dispensados, demitidos ou exonerados por motivação política, devidamente caracterizada, ou por interrupção de atividade profissional em decorrência de motivação grevista, nos seguintes termos:

I - despedidos ou dispensados dos seus empregos com violação de dispositivo constitucional, legal, regulamentar ou de cláusula constante de acordo, convenção ou sentença normativa;

II - exonerados, demitidos ou dispensados por motivação política, devidamente caracterizado, ou por interrupção de atividade profissional em decorrência de movimentação grevista;

III - que em virtude do cargo ou função e das diretrizes e programas do Estado, prestavam assessoramento a organizações de produtores e movimentos sociais de cunho propositivo e reivindicatório de políticas públicas de assistência técnica e social, crédito rural e relacionadas ao PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo aplica-se, exclusivamente, ao servidor titular de cargo de provimento efetivo ou de emprego estável à época da demissão e/ou exoneração, demitidos ou dispensados.

Art. 2º O retorno ao serviço dar-se-á, exclusivamente, no cargo ou emprego anteriormente ocupado ou, quando for o caso, naquele resultante da respectiva transformação e restringe-se aos que formulem requerimento fundamentado e acompanhado da documentação pertinente no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta lei.

Art. 3º Observado o disposto nesta lei e de acordo com as necessidades e disponibilidades orçamentárias e financeiras da Administração, o Poder Executivo deferirá o retorno ao serviço dos servidores ou empregados despedidos arbitrariamente no período a que se refere o artigo 1º.

Art. 4º No prazo estipulado no artigo 2º, quando necessária a realização de concurso de contratação ou processo seletivo com vistas ao provimento de cargo ou

emprego permanente, a Administração Pública Estadual e as empresas sob controle do Estado do Paraná excluirão das vagas a serem preenchidas pelos concursados o número correspondente ao de postulantes habilitados na forma desta lei para os respectivos cargos ou empregos.

Art. 5º Será criada a Comissão Especial de Anistia, que decidirá, em caráter terminativo, sobre a existência da motivação política referida no inciso II do artigo 1º desta lei desde que devidamente caracterizada e comprovada, em cada caso, nos autos do respectivo processo.

§ 1º A Comissão a que se refere o *caput* deste artigo será composta por:

- a) Um membro do Ministério Público Estadual;
- b) Um representante da Procuradoria Geral do Estado;
- c) Um membro da Casa Civil;
- d) Um representante da Secretaria de Administração e Previdência.
- e) Um membro da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná;

§ 2º A comissão será presidida pelo representante designado pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 3º São atribuições da Comissão:

I - analisar os requerimentos, desde que formulados no prazo estipulado no artigo 2º, e considerar em relação aos atos administrativos referidos no artigo 1º os seguintes aspectos:

- a) a incidência de decadência prevista no artigo 9º desta lei; e
- b) a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa;

II - analisar as razões da defesa e a instrução probatória;

III - notificar os interessados para apresentação de defesa, quando concluir pela ocorrência da situação referida no artigo 5º, inciso I, alínea “b”;

IV - deliberar quando ao reconhecimento da condição de anistiado ou, se julgar necessário, solicitar nova instrução mediante a requisição de processos, informações e outros elementos, inclusive depoimentos pessoais que permitam o convencimento e a deliberação sobre o requerido;

V - encaminhar as suas conclusões, na forma do artigo 6º.

§ 4º Os agentes públicos que tiverem participado de processo decisório que tenha resultado em demissão de que trata esta lei, não poderão integrar as comissões de que trata este artigo.

§ 5º Constatada que não houve notificação pessoal ou que não foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, o requerente será notificado pela respectiva comissão para, no prazo de 10 dias, aduzir as razões de defesa relativas ao ato de anulação e requerer a instrução probatória que entender de direito.

§ 6º Os requerimentos de revisão deverão ser instruídos com documentos que comprovem as razões de

fato e de direito alegadas, facultando-se às comissões requisitar processos, informações e outros elementos, inclusive depoimento pessoais no intuito de lhes propiciar o convencimento e a instrução do processo de revisão, para efeito de deliberação.

Art. 6º A conclusão da comissão, quanto ao reconhecimento da condição de anistiado, será submetida ao Governador do Estado, a quem cabe deliberar sobre o retorno dos servidores despedidos arbitrariamente.

Art. 7º No desempenho de suas atribuições, a comissão deverá observar o disposto no artigo 1º desta lei, para o restabelecimento da condição de anistiado, não se admitindo as seguintes situações:

I - as exonerações e dispensas decorrentes de processos administrativos ou judiciais regularmente julgados pela autoridade administrativa ou pelo Poder Judiciário, com trânsito em julgado;

II - as dispensas ou exonerações de funções de confiança ou cargos comissionados;

III - as dispensas por justa causa;

IV - as exonerações, demissões, dispensas ou despedidas de órgãos ou entidades que tenham sido extintos, liquidados ou privatizados, salvo quando as respectivas atividades:

a) tenham sido transferidas, absorvidas ou executadas por outro órgão ou entidades da Administração Pública Estadual; ou

b) estejam em curso de transferência ou de absorção por outro órgão ou entidade da Administração Pública Estadual;

V - as adesões a programas de desligamento voluntário ou incentivado; ou

VI - as exonerações, demissões, dispensas ou despedidas de empregados de entidades que não integravam a Administração Pública do Estado do Paraná.

Art. 8º A anistia a que se refere esta lei só gerará efeitos financeiros a partir do efetivo retorno à atividade, vedada a remuneração de qualquer espécie em caráter retroativo, inclusive para fins previdenciários.

Parágrafo Único. O disposto no *caput* deste artigo se dará mediante renúncia por instrumento público, para cada servidor.

Art. 9º Ressalvado o prazo para conhecimento da anistia de que trata esta lei, o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

Art. 10. As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias dos respectivos órgãos ou entidades.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoioamento:

Luciana Rafagnin, Jocelito Canto, Tadeu Veneri e Beti Pavin.

SUBEMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, N° 02 À EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI N° 496/08

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei n° 496/08, de autoria do Poder Executivo, conforme Mensagem n° 036/08, tem por objetivo modificar a redação do seu artigo 5°, conforme segue:

“Art. 5° Será criada a Comissão Especial de Anistia, vinculada à estrutura da Secretaria de Estado da Administração e Previdência que decidirá, em caráter terminativo, sobre a violação do ordenamento jurídico ou sobre existência da motivação política conforme previsão contida nos incisos I e II do artigo 1° desta lei, desde que devidamente caracterizadas e comprovadas, em cada caso, nos autos do respectivo requerimento.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(aa) FERNANDO SCANAVACA, DURVAL AMARAL, ELIO RUSCH, ADEMAR TRAIANO, LUIZ ACCORSI, ANTONIO BELINATI, DOUGLAS FABRÍCIO e MARCELO RANGEL.

JUSTIFICATIVA:

Necessário que se estabeleça a qual órgão da Administração Pública deverá estar vinculada a Comissão Especial de Anistia, posto que a mesma necessitará de uma infraestrutura administrativa e não poderá ficar “solta” dentro da estrutura organizacional da Administração Pública.

SUBEMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, N° 03 À EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 496/08

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei n° 496/08, de autoria do Poder Executivo, conforme Mensagem n° 036/08, tem por objetivo modificar a redação do seu artigo 6°, conforme segue:

“Art. 6° As conclusões da Comissão Especial de Anistia, quanto ao reconhecimento ou não da condição de anistiado requerida deverão ser, no prazo máximo de 5 (cinco) dias na sua expedição, publicadas em veículo oficial de divulgação dos atos da Administração Pública; encaminhadas à Assembleia Legislativa e, submetidas ao Governador do Estado para deliberação quanto ao retorno, ao serviço público, dos servidores despedidos arbitrariamente”.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(aa) FERNANDO SCANAVACA, LUIZ CARLOS MARTINS, LUIZ ACCORSI, DURVAL AMARAL, MARCELO RANGEL, ANTONIO BELINATI, DOUGLAS FABRÍCIO, ADEMAR TRAIANO e ELIO RUSCH.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda modificativa é necessária para efeito de assegurar o fiel cumprimento do princípio constitucional da publicidade dos atos da Administração Pública previsto nas Constituições Estadual e Federal, bem como também facilitar a ação fiscalizatória do Poder Legislativo sobre os atos do Executivo, dando efetividade ao sistema de pesos e contrapesos entre os Poderes do Estado, como instrumento de perfeito equilíbrio entre eles e sustentação para o Estado de Direito Brasileiro.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 058/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 005/09, fica o Poder Executivo autorizado através da Secretaria de Estado do Trabalho Emprego e Promoção Social, a conceder Bolsa-Auxílio aos estudantes de origem angolana, deficientes visuais, matriculados em instituições de ensino no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECECT E CF.

Em discussão. Em votação.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Para Encaminhar)

Sra. Presidenta, lógico que vamos votar favoravelmente a esse projeto. Só queremos deixar claro que não conseguimos terminar de elaborar o requerimento de pedido de informações antes do início da Ordem do Dia. Mas amanhã estaremos apresentando um requerimento à Mesa, solicitando informações ao Governo do Estado sobre quais os auxílios que existem também por parte do Governo, ao Instituto Paranaense de Cegos, se existe algum programa, algum apoio aos cegos do Paraná.

Concordamos com essa bolsa para os angolanos que estão no Estado do Paraná, mas queremos saber quais os incentivos que o Governo oferece também para o nosso Instituto de Cegos do Paraná.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Em votação o item 6, 2ª discussão do Projeto de Lei n° 058/09. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 203/09, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de utilidade pública o Centro Comunitário e de Proteção Alimentar Padre Miguel - CECOPAM, som sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 053/09, de autoria dos Deputados Ney Leprevost e Marcelo Rangel, que estabelece a obrigatoriedade da adoção de sistema de monitoramento por câmeras e identificação de usuário em estabelecimento de acesso público a internet. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 011/09, de 02/03/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 053/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que obriga os estabelecimentos comerciais onde haja acesso público a internet a instalarem câmeras de monitoramento e cadastro dos usuários de seus serviços.

Fundamentação

Visando facilitar possíveis investigações por ilícitos cibernéticos bem como proteger a criança e o adolescente na utilização de computadores destinados ao acesso público à internet, de acordo com a justificativa do autor, o projeto de lei ora analisado obriga os estabelecimentos comerciais onde haja acesso público a internet a cadastrar dados dos usuários e instalar câmeras de monitoramento nos acessos à internet.

No sistema constitucional brasileiro vige o princípio da competência residual em matéria legislativa (ressalvado a criação de novos tributos¹), explicitado pela máxima que, toda matéria não elencada no corpo da carta constitucional como de competência da união, delimitados no artigo 22 e 154 da referida carta, e dos Municípios, artigo 30, I, é de competência dos Estados Federados. Nesse sentido o artigo 25 da Constituição da República:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e lei que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

Sobre as vedações constitucionais à competência legislativa dos Estados Federados, preleciona o professor Alexandre de Moraes:

1. Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 154. A União poderá instituir:

I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição;

Assim, os Estados-membros poderá legislar sobre as matérias que não lhes estiverem vedadas implícitas ou explicitamente.

São vedações implícitas as competências legislativas reservadas pela Constituição Federal à União (CF, artigo 22) e aos Municípios (CF, artigo 30).

São vedações explícitas as normas de observância obrigatória pelos Estados-membros na sua auto-organização e normatização própria, consistentes, conforme já estudado, nos princípios sensíveis, estabelecidos e federais extensíveis².

Ora, a matéria de Segurança Pública, nos molde do presente projeto de lei, não invade a competência legiferante reservada constitucionalmente à União.

Outrossim, considerando que o presente projeto regula matéria atinente à Segurança Pública, sem contudo estabelecer qualquer tipo de obrigação aos órgãos públicos estaduais responsáveis pela Segurança Pública, entende-se que não fere o artigo 66 da Constituição Estadual no que concerne a iniciativa da proposição legislativa.

Quanto a constitucionalidade do mérito deste projeto de lei, a regulação de locais de acesso público à internet, com medidas protetivas à criança e ao adolescente, bem como facilitar a execução de políticas de Segurança Pública, são normas de ordem pública, em perfeita consonância com o sistema constitucional de um Estado Democrático de Direito. Ressalta-se que as medidas propostas, no que tange à segurança pública, não criam restrições aos direitos individuais, nem invadem a privacidade dos cidadãos deste Estado.

Conclui-se, portanto que não há vício de iniciativa a macular o presente projeto de lei, nem esta invade competência estranha a legitimidade do insigne Deputado Estadual, não havendo igualmente qualquer inconstitucionalidade quanto ao mérito da matéria.

No tocante à técnica legislativa utilizada, encontra-se em perfeita sintonia com o disposto na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

2.MORAES, Alexandre DIREITO CONSTITUCIONAL Editora Atlas 22 Ed. São Paulo. 2007 Pg 297.

Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração.

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva.

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

Diante do acima exposto, em virtude da constitucionalidade do Projeto de Lei nº 053/09, esta comissão posiciona-se pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 12/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 053/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Ney Leprevost e Marcelo Rangel, que estabelece a obrigatoriedade da adoção de sistema de monitoramento por câmeras e identificação de usuário em estabelecimento de acesso público a internet.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo a obrigatoriedade de identificação de cada terminal de computador através do registro de Protocolo Internet - IP, hoje é possível identificar o computador que tenha sido utilizado para a prática de atividade ilegal: mas o acesso público sem identificação do usuário dificulta a identificação dos autores dos chamados "cibercrimes".

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 18/05/09.

(aa) MAURO MORAES - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (Para Encaminhar)

Sra. Presidente. Na verdade, subo a esta tribuna para fazer o encaminhamento favorável a esse projeto de lei, do qual eu e o Deputado Marcelo Rangel fomos autores, mas que eu gostaria que se transformasse em um projeto de todos os Deputados Federais. Algumas semanas atrás a CPI da Pedofilia, com a participação da Polícia Federal, fez uma série de prisões de uma rede de pedófilos que estavam atuando em território nacional. E naquela oportunidade foi constatado que muitas das pessoas que estavam praticando esse crime execrável, que vai contra todo e qualquer sentimento de humanismo, faziam essa prática na rede mundial de computadores, utilizando-se das lan houses, que são estabelecimentos comerciais normais, que atuam de forma perfeitamente limpa, mas que infelizmente não tinham como controlar quem estava fazendo uso dos seus computadores.

Apresentamos uma proposta para que todos esses estabelecimentos que sobrevivem colocando à disposição da população o computador, possam ter, ou passem a ter uma câmera de filmagem, que evidentemente não irá filmar o conteúdo das telas, porque senão estaríamos infrin-

gindo o artigo 5º da Constituição Federal, que garante o direito de privacidade e de intimidade a todas as pessoas. Mas que as câmeras possam focalizar o rosto das pessoas que utilizam determinada máquina e que seja feito um cadastramento do IP da máquina utilizada, o endereço, o CPF, o RG, para que em casos de crimes a autoridade policial possa solicitar, com ordem judicial, essas informações à lan house.

Acredito que é público e notório que hoje uma série de crimes, lamentavelmente, são cometidos através da internet. Crimes de venda de armas, tráfico internacional de órgãos e principalmente esse crime, que é o mais execrável de todos, de pedofilia.

Peço aos companheiros Deputados que deem um voto a favor da Segurança Pública. É claro que Segurança Pública é função do Poder Executivo, mas quando podemos, aqui nesta Casa, fazer leis que ajudem as autoridades policiais a investigar os crimes, acho que é importante que possamos dar a nossa contribuição, a nossa participação.

Gostaria de mencionar que esse projeto teve o parecer favorável da CCJ, e também da Comissão de Segurança Pública, por isso peço o apoio dos Deputados.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Para encaminhar, o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sra. Presidente, quero encaminhar esse projeto favoravelmente, pois é extremamente importante. Tem razão o Deputado Ney Leprevost. Recentemente, eu e o Deputado Elio Rusch participamos, representando a Assembleia Legislativa, de um encontro promovido pela Associação dos Procuradores do Estado do Paraná, foi um encontro extremamente importante, porque lá estavam Juizes, Desembargadores, membros do Ministério Público do Estado do Paraná e um especialista em crimes cometidos pela internet, inclusive representantes da OAB.

Foi um encontro importante, porque justamente falta um instrumento legal para poder, de fato, dar efetivamente às autoridades policiais do Estado do Paraná, de um projeto que possa, especialmente nessas lan houses que não há como identificar, porque é um item coletivo, do ponto de vista do endereço aonde sai a notícia, a comunicação, a informação, ou é postado determinado tipo de comunicado, justamente no sentido de fazer o cadastramento e, também, ter um sistema de filmagem em relação aos frequentadores das lan houses. Indiscutivelmente, o projeto é muito importante, relativamente ao interesse público. O projeto, não resta dúvida sobre a questão que envolve a constitucionalidade e a legalidade.

Por isso que encaminhamos favoravelmente e, certamente, a Assembleia Legislativa, de forma contemporânea, está dando uma resposta a um tema complexo e que

a sociedade paranaense tem que se debruçar sobre ele. Porque além disso, Deputado, que V. Exa. mencionou, há por exemplo os crimes que são cometidos de calúnia, difamação, ou de injúria contra as pessoas, se utilizando basicamente das lan houses.

Inclusive, Deputada Cida, V. Exa. conhece o famoso site da Candinha, de Maringá, que promoveu um sistema complicado na Cidade e era basicamente feito pelo casal que frequentava as lan houses. Essa lei vem justamente a encontro de um instrumento legal que vai facilitar a atividade da Polícia Civil, especialmente, temos a Delegacia Especializada de Combate aos Crimes Cibernéticos. Isso vai ser um instrumento para ser trabalhado e ser muito bem utilizado.

Por isso, não tenho dúvida que o projeto é muito importante. Parabéns aos Deputados autores, Ney Leprevost e Marcelo Rangel, porque o projeto é muito importante para o Estado do Paraná.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Para encaminhar, o Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Para Encaminhar)

Praticamente já fiz o encaminhamento no horário do PPS, mas quero agradecer ao Deputado Romanelli e dizer que também está previsto no artigo 2º que os estabelecimentos de que trata essa lei, deverão manter pelo prazo de dois anos um cadastro de todos os usuários, contendo os seguintes dados: tipo e o número de documento de identidade, o endereço, o telefone, o equipamento usado, como os horários e o protocolo de internet, o IP. Esses dados desse artigo serão armazenados por meio eletrônico, ficando proibida a sua divulgação, exceto mediante expressa autorização do cliente, pedido formal do seu representante, ou ordem judicial.

Acredito que realmente vai ser um projeto de grande alcance social. Agradeço a todos os Parlamentares que estão apoiando o projeto de nossa autoria.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Para encaminhar, o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Para Encaminhar)

Quero parabenizar o Deputado Ney Leprevost por essa iniciativa de apresentar esse projeto aqui na Casa, uma vez que o Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli, e mais a nossa pessoa, participamos há poucos dias de um café da manhã na Associação dos Procuradores do Governo do Estado, que trouxe, naquela ocasião, um especialista na área de informática e que transmitiu aos Procuradores do Estado e também ao Deputado Romanelli. Nós que estávamos presentes sabemos da vulnerabilidade que existe hoje no sistema de informática.

Quer dizer, a facilidade que os hackers têm de entrar no seu programa, no seu computador, a facilidade que existe hoje também das próprias pessoas internautas

de usar um terminal de computador, que tenha esse sistema de informática à disposição do público, sem a identificação dos seus usuários.

Com esse projeto de lei, se tornando lei no Estado do Paraná, a exemplo, porque já existe em São Paulo, que já estão aplicando essa lei. Nada mais justo que possamos, também aqui no Estado, monitorar.

Podemos lembrar uma história que aconteceu com uma jornalista, amplamente divulgado na sua Cidade, Maringá, que foi exposta para o mundo inteiro, sem saber qual é o terminal e com a identificação, com o monitoramento, com as câmeras instaladas para as pessoas que fazem uso desses terminais, tem a identificação das pessoas através do visual, da câmera, como o registro dessas pessoas, do tempo em que elas ficam naquele terminal. Com muito mais facilidade se chega às pessoas que usam internet para denegrir a imagem de determinada pessoa.

Parabéns ao Deputado Ney Leprevost.

Dizia há pouco que participamos de uma reunião aqui, dos Procuradores, e esse pedido também foi formulado. Quando saímos daquela reunião, chegamos aqui na Assembleia e nos deparamos com o Deputado Ney Leprevost, que já tinha protocolado esse projeto. Se não tivesse, faríamos juntos, porque é necessário para evitarmos o máximo que a imagem de qualquer pessoa seja exposta, dificultando a sua identificação.

Parabéns, Deputado Ney Leprevost, e votamos a favor.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Votarei a favor desse projeto, até porque diariamente utilizamos a internet aqui. Tudo que fazemos na internet é feito pelo nosso blog aqui, escrevemos o dia a dia. Nos ajuda a mostrar com transparência o que fazemos.

Amanhã vou propor uma emenda, vou estudar com minha assessoria para possamos pegar os mentirosos que aparecem nos sites, nos blogs. Vou ver se apresento uma emenda amanhã, em que quero também favorecer a verdade. Está cheio de mentiroso, de Pinóquio por aí. Um escreve uma coisa, outro escreve outra e serve para enganar a população. São muito mais criminosos os Pinóquios que escrevem na internet, que mentem, que são maníacos da mentira.

Vou pensar bem essa noite, vou pedir a proteção à Nossa Senhora contra os mentirosos, quero me associar a essa Santa, até porque aqui só falta cavalo voar, porque o resto já se viu na internet.

Vou fazer uma emenda amanhã, porque se precisar, mostramos que os mentirosos estão por aí. São aqueles que discursam muitas vezes, que fazem discursos de criminosos e são os que mais mentem.

Se você olhar os blogs, vai ver um monte de coisa. Quando escrevo nos meus blogs, escrevo aqui que eu penso, discuto, já tive até alguns processos protocolados por alguns camaradas que se dizem transparentes, que se

dizem que são os mais corretos, tradicionais, limpos e coisas e tal.

Enfim, voto a favor e vou fazer uma emenda amanhã. Não sei como vou fazer essa emenda, porque quando é pobre, é mentiroso; e quando é rico, é uma doença. Então, amanhã vou tentar fazer uma emenda, para que possamos impedir os mentirosos, aqueles que mentem. E olha, está cheio de Pinóquio por aí. É gente que mente que vai fazer coisas maravilhosas, que vai fazer levantar avião e assim por diante. Mas, vou fazer uma emenda com a ideia de também proteger o povo desses Pinóquios que andam por aí.

Era isso, eminente Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Está encerrado o encaminhamento.

Está em votação o projeto. **Aprovado.**

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 065/09, de autoria do Deputado Caio Quintana, que declara integrante do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado do Paraná a Banda de Música da Polícia Militar do Paraná. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. Aprovado. (Publ. no DA nº 013/09, de 04/03/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 065/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Caio Quintana, declara integrante do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado do Paraná a Banda de Música da Polícia Militar do Paraná.

O projeto de lei ora analisado não encontra nenhum óbice constitucional, tendo respaldo na Constituição Federal, que assegura:

Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

A Constituição Estadual garante:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestações da espiritualidade humana, deve ser estimada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos Estadual e Municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

Art. 191. Os bens materiais e imateriais referentes às características de cultura, no Paraná, constituem patrimônio comum que deverá ser preservado através do Estado, com a cooperação da comunidade."

Dentro deste paradigma, verifica-se que a proposição intentada encontra-se dentro dos ditames legais, constitucionais e infraconstitucionais.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28/04/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 065/09

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, declara a Banda de Música da Polícia Militar do Paraná, integrante do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado do Paraná, a banda foi criada pela Lei nº 30 em 12/03/1857, e o seu primeiro maestro foi o Bento Antonio Menezes, por um período de 23 anos, a banda participou das principais solenidades do nosso Estado, em 1880, quando o Imperador Dom Pedro II visitou Curitiba, a mesma esteve presente em quase todas as solenidades, e nos principais momentos da história paranaense.

Parecer do relator.

Pelo exposto, meu parecer é favorável ao Projeto de Lei nº 065/09.

Sala das Comissões, em 20/05/09.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 236/09, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Céu Azul - CICA, com sede no Município de Céu Azul e foro no Município de Matelândia. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 051/09, de 19/05/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 236/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Céu Azul - CICA, com sede no Município de Céu Azul e foro no Município de Matelândia.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 26/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2647, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2684, de autoria do Deputado Pedro Ivo, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 2685 e 2686, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2687, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2689 a 2707, 2709 a 2712, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2716, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2719 e 2722, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2728, 2731, 2734, 2737, 2740, 2746, 2747, 2748 e 2765, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2756, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2762, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2763, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa. (**A matéria acha-se publicada no final desta ata.**)

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 004 e 218/09

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 515/08; 053, 065 e 236/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 334/08, 019, 127, 237, 265 e 268/09 e do Projeto de Resolução nº 013/09.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 032/09.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO PROFESSOR LEMOS EM SESSÃO DO DIA 08 DE JUNHO DE 2009.

Agradecimentos

(Ivo Arzua Pereira)

Inicialmente cumpro o imperioso dever em manifestar imperecível gratidão ao Exmo. Sr. Deputado Nelson Justus, ínclito Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e aos demais ilustres membros da Mesa Executiva, Deputados Estaduais Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Abib Miguel que, inteirados do conteúdo histórico desta modesta obra relativa às realizações da Comissão de Obras do Paraná - CEOC (Lei Estadual nº 674, de 29/08/51) e julgando-a útil ao estudo e pesquisa das novas gerações de paranaenses, houve por bem autorizar a sua edição sob o honroso patrocínio do Poder Legislativo do Estado.

Devo também expressar minha emocionada e perene gratidão ao eminente Acadêmico Presidente da Academia Nacional de Engenharia - ANE, engenheiro civil Paulo Bancovski e à sua ínclita diretoria, pelo magnífico prefácio com que sobremaneira dignificaram a obra "Comissão Especial de Obras do Centenário do

Paraná - Síntese Histórica”.

Igualmente desejo manifestar meus penhorados agradecimentos à ilustre plêiade de funcionários da Assembleia Legislativa que acompanhou e deu total colaboração à edição deste obra: Severo Olímpio Sotto Maior - supervisor; Eliete de Paula Xavier - coordenadora; Idília Débora Gineste - revisora, Sérgio Roberto de Oliveira - diagramador.

É também meu dever manifestar minha imorredoura gratidão à professora Regina Elisabeth Pereira Zantedeschi, minha querida filha e secretária, que digitou, formatou e revisou esta obra.

(a) IVO ARZUA PEREIRA - Eng. Civil e Adm.
Curitiba, 09/03/09.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1300/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6472, datado de 19/05/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a JOSEFA COSTA SOUZA, matrícula nº 40201, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, nível NAA-01, com lotação no Setor de Telefonia da Casa, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/97 e 22/12/02. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 27/05/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1337/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6095, datado de 12/05/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a SUELY FAZZINI DA SILVA REIMANN, matrícula nº 40396, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocu-

pante do cargo de Datilógrafa, nível NTC-02, com lotação na Coordenadoria de Expediente e Arquivo, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/02 e 21/12/07. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01/06/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1338/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6474, datado de 19/05/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a ANGELINA KIERDEL, matrícula nº 40920, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-02, com lotação na Coordenadoria de Estudos e Promoções, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/02 e 21/12/07. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01/06/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1339/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6099, datado de 12/05/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a SANDRA REGINA BARROS RIBEIRO, matrícula nº 40420, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-02, com lotação no Gabinete Parlamentar do Deputado Estadual Luiz Nishimori, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/02 e 22/12/07. O período deverá ser marcado

pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01/06/09.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1340/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6713, datado de 22/05/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a DEBORA TEREZINHA F DO AMARAL CARVALHO, matrícula nº 40607, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-03, com lotação na Diretoria Legislativa, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/02 e 22/12/07. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01/06/09.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1341/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6524, datado de 19/05/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a ARLENE GALVANI, portadora da Cédula de Identidade com RG nº 425.535/SSP-PR e do CPF nº 038.726.919-37, viúva do ex-Deputado Estadual Roberto Galvani, falecido em 26/04/09, pensão mensal estabelecida pela Lei nº 4763, de 05/11/63, no valor estipulado pelo artigo 2º da Lei nº 13426, de 07/01/02, a partir da publicação deste Ato, nos termos do artigo 3º, do Decreto Legislativo nº 180/64.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01/06/09.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 0122/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6857, datado de 25/05/09, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar na ficha funcional de CARLOS ALBERTO DOMBECK, matrícula nº 40958, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Contabilista, nível NUD-04, com lotação na Coordenadoria de Processamento de Dados, o tempo de contribuição constante na Certidão do INSS, em que prestou serviços a Petróleo Brasileiro S/A PETROBRAS, por 03 (três) anos, 07 (sete) meses e 01 (um) dia, período de 01/08/74 a 01/03/78; S/A White Martins, por 13 (treze) dias, período de 04/03/74 a 16/03/74; Manobra Eng. de Manutenção e Obras S/A, por 02 (dois) meses e 03 (três) dias, período de 29/05/74 a 31/07/74, num total de 03 (três) anos, 09 (nove) meses e 17 (dezesete) dias, contados para efeito de aposentadoria, conforme artigo 201, parágrafo 9º, da Constituição Federal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03/06/09.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 0123/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6519, datado de 19/05/09, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar em favor de JOAO ALBERTO ESPINOLA FERREIRA, matrícula nº 40949, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Almoxarife, nível NTC-02, com lotação na Coordenadoria de Protocolo, o tempo total de 01 (um) ano, 04 (quatro) meses e 10 (dez) dias, para efeito de aposentadoria, nos termos do artigo 4º da Emenda Constitucional nº 020/98, em que exerceu cargo em Comissão, símbolo 4-C, período compreendido entre 26/09/85 a 27/05/86 (08 meses e 01 dia), no Gabinete do Deputado Odeni Mongruel; em que exerceu cargo em Comissão, símbolo 3-C, período de 27/05/86 a

06/02/87 (01 ano e 10 dias), no Gabinete do Deputado Odeni Mongruel.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03/06/09.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

PORTARIA Nº 0127/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7225, datado de 29/05/09, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar a disposição da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, o funcionário deste Poder Legislativo, ALBERTO ROIM FILHO, matrícula nº 8694, para prestar assessoramento junto à 22ª Regional de Saúde Ivai-porã, até 31/12/09, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08/06/09.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Atas de Comissões

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Waldyr Pugliesi, Jonas Guimarães e Neivo Beraldin. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Douglas Fabrício. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 243/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior; Projeto de Lei nº 388/08, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli e Projeto de Lei nº 147/09, de autoria do Deputado Antonio Belinati, todos anexos. O Sr. Deputado Artagão Júnior SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 02) Projeto de Lei nº 035/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO, com voto contrário do Deputado Artagão Júnior; 03) Projeto de Lei nº 108/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 123/09, de autoria do Depu-

tado Dr. Batista. O Sr. Deputado Artagão Júnior, relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social - DEFERIDO pelo Presidente; 05) Projeto de Lei nº 140/09, de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 145/09, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 163/09, de autoria do Deputado Antonio Belinati - Altera dispositivos da Lei nº 12398/98. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 164/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 172/09, de autoria do Deputado Professor Lemos - Altera dispositivos da Lei nº 6174/70. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior - APROVADO. 10) Projeto de Lei nº 176/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 183/09, de autoria do Deputado Mauro Moraes. O Sr. Deputado Tadeu Veneri, relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - DEFERIDO pelo Presidente; 12) Projeto de Lei nº 382/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli e Projeto de Lei nº 113/09, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, ambos anexos. O Sr. Deputado Artagão Júnior, relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - DEFERIDO pelo Presidente; 13) Projeto de Lei nº 189/09, de autoria do Poder Executivo. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 14) Projeto de Lei nº 194/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 205/09, de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 206/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado

Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Edson Strapasson, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühler, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Rosane Ferreira e Tadeu Veneri. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 143/09, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. O Sr. Deputado Tadeu Veneri SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli requer preferência de votação aos Projetos de Lei nº 268/09, 003/09, 226/09, 106/09 e 225/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 268/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 003/09, de autoria do Deputado Antonio Belinati; Projeto de Lei nº 095/09, de autoria do Deputado Professor Lemos; e Projeto de Lei nº 099/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli às emendas de Plenário - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 226/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 106/09, de autoria do Poder Executivo - Altera dispositivos da Lei nº 11713/07. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nereu Moura à emenda de Plenário - APROVADO. O Sr. Deputado Duílio Genari apresenta requerimento de preferência de votação aos projetos de lei que tratam sobre utilidades públicas. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 013/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 049/09, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 249/09, de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 251/09, de autoria do Deputado Felipe Lucas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 253/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 255/09, de autoria do Deputado Pedro Ivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 258/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 265/09, de autoria do Deputado Professor Lemos. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 267/09, de autoria do Deputado Durval Amaral.

Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nº 260/09 e 261/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 260/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 261/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO. O Sr. Deputado Douglas Fabrício apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nº 210/09, 022/09 e à Proposição Veto nº 043/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 210/09, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Os Srs. Deputados Artagão Júnior e Nereu Moura SOLICITAM VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 18) Projeto de Lei nº 222/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer contrário do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 19) Proposição Veto nº 043/09, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 458/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 225/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühler - APROVADO. O Sr. Deputado Ademar Traiano apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 162/09, 208/09 e Proposições Veto nº 033/09, 040/09 e 045/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 162/09, de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Ademar Traiano - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 208/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano - APROVADO; 23) Proposição Veto nº 033/09 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 436/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 24) Proposição Veto nº 040/09, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 489/09, de autoria do Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 25) Proposição Veto nº 045/09, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 511/08 de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano ao encaminhamento à Plenário - APROVADO. O Sr. Deputado Artagão Júnior apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 357/08, 462/08 e Proposição Veto nº 037/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 357/08, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 462/08, de autoria dos Deputados Luiz Eduardo Cheida, Elton Welter e Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do Depu-

tado Artagão Júnior à emenda de Plenário - APROVADO; 28) Proposição Veto nº 037/09, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 466/08 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior ao encaminhamento à Plenário - APROVADO. O Sr. Deputado Francisco Bühler apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nº 243/09 e Proposições Veto nº 035/09 e 036/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 243/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühler - APROVADO; 30) Proposição Veto nº 035/09, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 433/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühler ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 31) Proposição Veto nº 036/09, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 417/08, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühler ao encaminhamento à Plenário - APROVADO. O Sr. Deputado Luiz Carlos Martins apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 184/09, 223/09 e 234/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 184/09, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins, na forma da emenda anexa - APROVADO, com voto em separado contrário do Deputado Luiz Claudio Romanelli, lido pelo Deputado Caíto Quintana; 33) Projeto de Lei nº 223/09, de autoria dos Deputados Durval Amaral e outros - Altera dispositivos da Lei nº 13115/01, alterada pela Lei nº 14677/05. Os Srs. Deputados Caíto Quintana, Francisco Bühler e Douglas Fabrício SOLICITAM VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 34) Projeto de Lei nº 234/09, de autoria do Deputado Luiz

Accorsi. Parecer do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, relator, pela DEVOLUÇÃO da matéria ao autor - DEFERIDO pelo Presidente. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

Obras Públicas, Transportes e Comunicação

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA
DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Sr. Deputado Marcelo Rangel. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 400/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Relator Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 153/09, de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 209/09, de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(a) MARCELO RANGEL - Presidente

